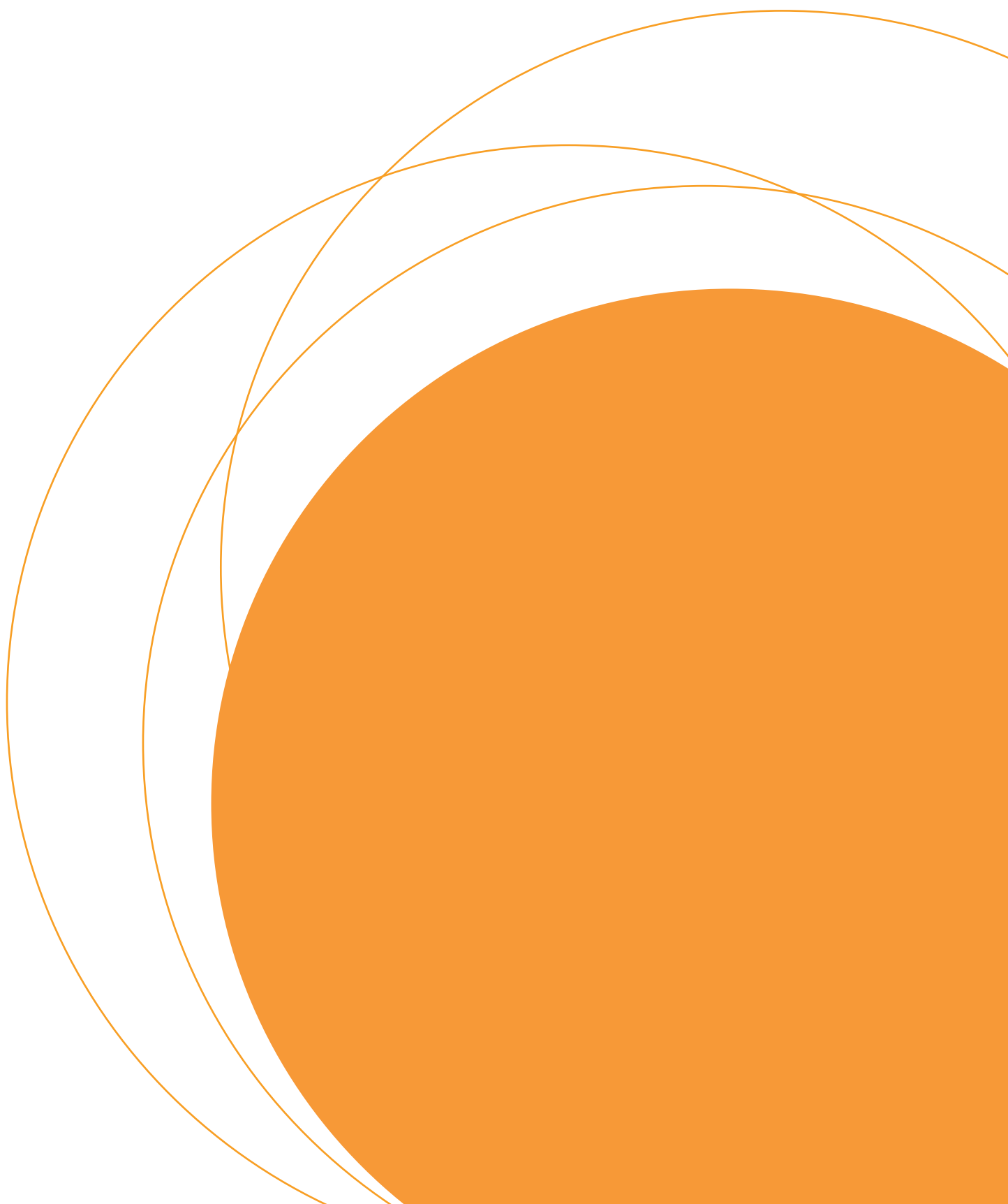
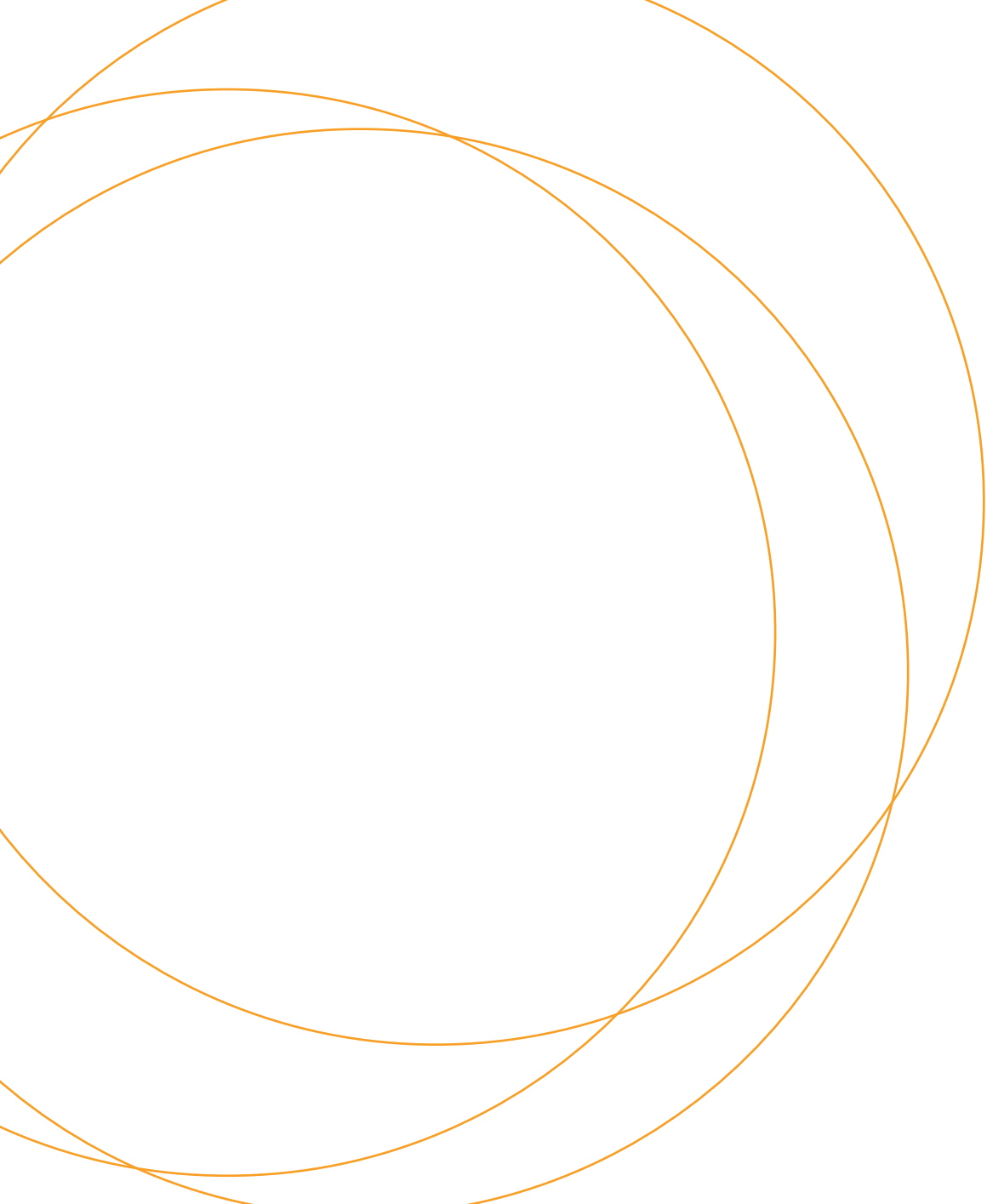


I FÓRUM DE EDUCAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO – MEMÓRIA

A IMPORTÂNCIA DO EXERCÍCIO DA CIDADANIA GLOBAL





GOVERNO DE
PORTUGAL

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
E CIÊNCIA



Instituto Politécnico de Viana do Castelo
Escola Superior
de Educação

Memória

I Fórum de Educação para o Desenvolvimento

28 de outubro de 2014

A importância do exercício da cidadania global

Introdução

I Fórum de ED

O I Fórum de Educação para o Desenvolvimento teve lugar no dia 28 de outubro de 2014, na Sala do Senado da Assembleia da República, dedicado ao tema “A importância do exercício da cidadania global”.

Este documento pretende dar a conhecer e relembrar (para os que nele participaram) o que foi este I Fórum, a partir da reunião das comunicações apresentadas e das avaliações recebidas de uma parte dos e das participantes.

O relatório abre com o enquadramento da iniciativa, colocando-a no contexto da Estratégia Nacional de Educação para o Desenvolvimento. Segue-se o programa e, por ordem cronológica, as várias intervenções, que ocuparam o dia de trabalho.

Como Anexos, seguem o convite, a ficha de avaliação, a lista de participantes (138 inscritos), algumas notícias publicadas e uma seleção de fotos.

Aproveitamos a ocasião para agradecer a todas as pessoas e entidades que participaram ativamente no Fórum, oferecendo o seu contributo e abrindo-se ao acolhimento dos contributos de outros, assim enriquecendo e desafiando as suas próprias perspetivas. Um especial obrigado a todos e todas que apresentaram as suas comunicações, partilhando as suas reflexões¹.

Esperamos que o trajeto percorrido neste dia se vá ampliando a partir da exploração do que aqui se compilou, para que o que vamos fazendo seja parte de um processo de maturação e fortalecimento da educação cidadã no nosso país.

¹ A utilização ou não do Novo Acordo Ortográfico é da responsabilidade dos autores das comunicações.

Enquadramento

1. O Fórum no âmbito da ENED

As atividades de dinamização da Estratégia Nacional de Educação para o Desenvolvimento (ENED) visam “contribuir para o conjunto dos objetivos da ENED, juntando atores, promovendo a troca de experiências, aprofundando a reflexão e demonstrando e cimentando o caminho percorrido e identificando o caminho a percorrer” e têm um “caráter estruturante e transversal.”

A par das Jornadas ED, o Fórum ED constitui uma das atividades transversais de dinamização da ENED, que tem por objetivo “proporcionar o encontro, a troca de experiências, as reflexões e o debate entre os atores da ED.”

O Fórum ED compreende a “participação de convidados internacionais (representantes de entidades públicas ou de organizações da sociedade civil relevantes, do Norte ou do Sul)”, a “apresentação e reflexão sobre práticas que envolvam a articulação, troca de experiências e conhecimento mútuo, a nível nacional e internacional, entre atores da educação não formal e destes com a educação formal” e a “participação dos atores envolvidos nas ações de sensibilização e de influência política”.

2. Tema do I Fórum

A importância do exercício da cidadania global

Esta temática decorre do objetivo geral da ENED: “promover a cidadania global através de processos de aprendizagem e de sensibilização da sociedade portuguesa para as questões do desenvolvimento, num contexto de crescente interdependência, tendo como horizonte a transformação social”.

Ao fim de quatro anos de implementação da ENED e no quadro da apresentação do relatório do *peer review* do *Global Education Network Europe* (GENE) à Educação para o Desenvolvimento (ED) em Portugal, urge fazer uma reflexão sobre o que a Estratégia propõe a partir da evolução do pensamento sobre a Educação para o Desenvolvimento e das práticas neste âmbito, com tempo para a troca de ideias entre os participantes, contemplando ainda um apontamento final virado para o futuro.

3. Participantes

Atores relevantes no domínio da ED, designadamente, representantes e membros de instituições públicas e organizações da sociedade civil envolvidos na implementação da ENED.

4. Organização

Comissão de Acompanhamento da ENED (Camões – Instituto da Cooperação e da Língua, Direção-Geral da Educação, Plataforma Portuguesa das ONGD e CIDAC – Centro de Intervenção para o Desenvolvimento Amílcar Cabral), em colaboração com as restantes entidades subscritoras do Plano de Ação da ENED, bem como com o Grupo Parlamentar Português sobre População e Desenvolvimento, da Assembleia da República (GPPSPD).

Programa

9h00	Registo dos participantes
9h30	Sessão de abertura António Filipe, Vice-Presidente da Assembleia da República Ana Paula Laborinho, Presidente do Camões - Instituto da Cooperação e da Língua Eulália Alexandre, Subdiretora-Geral da Educação Pedro Krupenski, Presidente da Plataforma Portuguesa das ONGD
10h00	Painel I – Cidadania global num contexto de interdependência e de transformação social Moderação: Deputado em representação da Comissão Parlamentar de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas Liam Wegimont, Consultor do <i>Global Education Network Europe</i> (GENE) Ana Raquel Matos, Investigadora do Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra
10h40	Debate
11h00	Pausa justa
11h30	Painel II – Cidadania global e processos de aprendizagem e de sensibilização Moderação: Luísa Teotónio Pereira, CIDAC Maria José Neves, Coordenadora da Equipa de Educação para o Desenvolvimento, Direção-Geral da Educação Vera Pinto, Representante do Grupo de Trabalho de Educação para o Desenvolvimento da Plataforma das ONGD e Sandra Oliveira, Investigadora Júlio Santos, Professor do Instituto de Educação da Universidade do Minho
12h30	Debate
13h00	Almoço
14h30	Cidadania global e desenvolvimento: uma reflexão para o futuro Paula Barros, Diretora de Serviços da Cooperação do Camões - Instituto da Cooperação e da Língua (em nome das entidades subscritoras do Plano de Ação da ENED)
15h00	Painel III – Visões sobre cidadania global e desenvolvimento Representantes dos Grupos Parlamentares
15h30	Apresentação do relatório do peer review do GENE à ED em Portugal Moderação: Deputada Mónica Ferro, Coordenadora do GPPSPD Helmuth Hartmeyer, Presidente do GENE e Diretor da Agência de Desenvolvimento da Áustria, Ministério dos Negócios Estrangeiros da Áustria Eddie O'Loughlin, Coordenador do GENE Liam Wegimont, Consultor do GENE Janina Moryc, Chefe de Unidade do Ministério dos Negócios Estrangeiros da Polónia
16h30	Sessão de Encerramento Gonçalo Marques, Vice Presidente do Camões - Instituto da Cooperação e da Língua Fernando Egídio Reis, Secretário de Estado do Ensino Básico e Secundário

Intervenções

Abertura

□ **Ana Paula Laborinho, Presidente do Camões - Instituto da Cooperação e da Língua**

- Sua Excelência Senhor Vice-Presidente da Assembleia da República, Deputado António Filipe,
- Exmos. Senhores Deputados e Exmas. Senhoras Deputadas,
- Exma. Senhora Subdiretora-Geral da Educação, Professora Eulália Alexandre,
- Exmo. Senhor Presidente da Plataforma Portuguesa das ONGD, Dr. Pedro Krupenski,
- Ilustres Oradores e Oradoras,
- Minhas Senhoras e Meus Senhores,

Antes de mais, gostaria de agradecer à Assembleia da República a gentileza de acolher a primeira edição do Fórum de Educação para o Desenvolvimento. Gostaria ainda de, em nome do Camões, saudar a comissão organizadora do Fórum, bem como agradecer a participação do GENE – *Global Education Network Europe*.

A par das Jornadas de Educação para o Desenvolvimento, o Fórum de Educação para o Desenvolvimento constitui uma das atividades estruturantes de dinamização da Estratégia Nacional de Educação para o Desenvolvimento, previstas no seu Plano de Ação.

O Fórum tem por objetivo proporcionar o encontro, a troca de experiências, a reflexão e o debate. E constitui uma oportunidade para perspetivarmos o futuro. Ao fim de quatro anos de implementação da Estratégia e, no quadro da apresentação do relatório do *peer review* do GENE à Educação para o Desenvolvimento em Portugal, a acontecer esta tarde, urge fazer uma reflexão sobre o que a Estratégia propõe a partir da evolução do pensamento e das práticas.

Desde novembro de 2009, aquando da publicação da Estratégia Nacional de Educação para o Desenvolvimento, aprovada por despacho dos Senhores Secretários de Estado dos Negócios Estrangeiros e Cooperação e da Educação e, no seguimento, da subscrição do Plano de Ação Estratégia por catorze instituições públicas e organizações em abril de 2010, há já um caminho percorrido relevante. Importa agora identificar os desafios e pistas para o caminho a fazer.

Para além dos desafios associados à nova Agenda Internacional para o Desenvolvimento Pós-2015, cuja abrangência e enfoque temático são significativamente alargados relativamente à Agenda dos Objetivos de Desenvolvimento do Milénio, é de sublinhar o crescente acento tónico na qualidade da educação, incluindo na qualidade da Educação para a Cidadania Global. Potenciar a qualidade da educação e da Educação para a Cidadania Global, tal como tem sido enfatizado pela UNESCO, constitui o principal desafio futuro à Educação para o Desenvolvimento, designadamente, no que respeita à formulação, implementação, monitorização e avaliação de políticas públicas e projetos e iniciativas da sociedade civil.

Minhas Senhoras e Meus Senhores,

Esta primeira edição tem como temática *A importância do exercício da cidadania global* e vai de encontro ao objetivo principal da Estratégia Nacional de Educação para o Desenvolvimento: “promover a cidadania global através de processos de aprendizagem e de sensibilização da sociedade portuguesa para as questões do desenvolvimento, num contexto de crescente interdependência, tendo como horizonte a transformação social”.

Muito obrigado pela atenção e votos de um bom trabalho.

□ **Eulália Alexandre, Subdiretora-Geral da Direção-Geral da Educação**

- Senhor Vice-presidente da Assembleia da República, Dr. António Filipe
- Senhora Presidente do Camões-Instituto da Cooperação e da Língua, Dra. Ana Paula Laborinho
- Senhor Presidente da Plataforma das ONGD, Dr. Pedro Krupenski
- Senhoras Deputadas e Senhores Deputados
- Minhas Senhoras e Meus Senhores

É uma honra para a Direção-Geral de Educação, na qualidade de Membro da Comissão de Acompanhamento da Estratégia Nacional de Educação para o Desenvolvimento, participar na organização do Fórum de Educação para o Desenvolvimento.

É com grande satisfação que damos continuidade a mais uma das atividades de dinamização previstas no âmbito da concretização da Estratégia Nacional de Educação para o Desenvolvimento 2010-2015.

A Estratégia Nacional de Educação para o Desenvolvimento, de que o Ministério da Educação e Ciência é uma das entidades subscritoras, tem o mérito de se constituir como referência para todas as organizações da sociedade civil e do estado, promovendo um clima de diálogo interinstitucional potenciador das diversas intervenções.

No quadro do Plano de Ação da Estratégia, a DGE/MEC celebrou um protocolo de Colaboração com o Camões – Instituto da Cooperação e da Língua/MNE para promover a consolidação da Educação para o Desenvolvimento no setor da educação formal em todos os níveis de educação, ensino e formação, contemplando a participação das comunidades educativas.

Baseado neste Protocolo, a DGE subscreveu um Contrato-Programa para execução do programa de atividades com o Camões – Instituto da Cooperação e da Língua, o Centro de Intervenção para o Desenvolvimento Amílcar Cabral e a Fundação Gonçalo da Silveira, no âmbito do qual estas entidades estão a elaborar um Referencial de Educação para o Desenvolvimento (Instrumento de apoio, não prescritivo, que no âmbito da autonomia de cada estabelecimento de ensino pode ser utilizado e adaptado em função das opções a definir em cada contexto, enquadrando as práticas a desenvolver).

A organização deste Fórum e de outras atividades de dinamização da Estratégia Nacional de Educação para o Desenvolvimento, traduz a existência de uma colaboração frutuosa, com resultados tangíveis, entre as entidades dinamizadoras da ENED e outros atores, de que são exemplo algumas Organizações Não-Governamentais para o Desenvolvimento.

A Educação para o Desenvolvimento constitui-se como uma das áreas temática da Educação para a Cidadania cuja abordagem curricular pode assumir diversas formas, consoante as dinâmicas adotadas pelas escolas no âmbito da sua autonomia.

O atual enquadramento curricular da educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário, definido pelo Decreto-Lei n.º 139/2012 de 5 de julho, alterado pelo Decreto-Lei n.º 91/2013, de 10 de julho, reforça o carácter transversal da educação para a cidadania, estabelecendo conteúdos e orientações programáticas.

Assim, espera-se que os docentes das diferentes disciplinas identifiquem e valorizem os conteúdos dos respetivos programas que contemplam a Educação para a Cidadania e, no que em particular diz respeito a este Fórum, a Educação para o Desenvolvimento.

As escolas têm, igualmente, a possibilidade de decidir sobre a oferta da educação para a cidadania como disciplina autónoma (nos 1.º, 2.º e 3.º ciclos do ensino básico) e a oportunidade de promover o desenvolvimento de projetos e atividades da sua iniciativa, em parceria com as famílias e entidades que intervêm neste âmbito, no quadro da relação entre a escola e a comunidade.

A par da dinâmica curricular, a escola abre-se à comunidade e partilha as preocupações transversais de uma sociedade em constante mudança, promovendo a inserção e a participação dos jovens na vida comunitária, contribuindo para a sua formação integral e realização pessoal.

Na atualidade, a escola reforça o exercício da cidadania participando na dinâmica da comunidade, estando mais do que nunca aberta à realização de trabalho colaborativo com outros serviços e entidades. Esta abertura provoca um enriquecimento mútuo tanto pela aproximação da educação aos problemas sentidos pela sociedade, como um melhor conhecimento das dinâmicas escolares por parte das organizações.

A troca de experiências, reflexão, avaliação e debate no âmbito da Educação para o Desenvolvimento e da respetiva Estratégia Nacional é fundamental, pelo que este Fórum representa um momento único, de grande interesse e enriquecimento para todos os seus atores, potenciado pelas observações e recomendações chave resultantes de um processo de revisão por pares, realizado pelo GENE, cujo relatório será apresentado no final da tarde.

Desejo que o Fórum decorra com o maior sucesso e abra perspetivas para um trabalho futuro, que concorra para que as crianças e jovens construam um modo de estar na sociedade que tenha como referência os direitos humanos, nomeadamente os valores da igualdade, da democracia e da justiça social.

□ **Pedro Krupenski, Presidente da Plataforma Portuguesa das ONGD**

Exmo Senhor Vice-Presidente da Assembleia da República, Deputado António Filipe
Exma Senhora Presidente do Camões – Instituto da Cooperação e da Língua, Prof.ª Ana Paula Laborinho,
Exma Senhora Vice-Directora Geral da Educação, Prof.ª Eulália Alexandre
Senhoras Deputadas e Senhores Deputados,
Exmas Senhoras e Exmos Senhores representantes das Organizações da Comissão de Acompanhamento da Estratégia Nacional de Educação para o Desenvolvimento e das restantes entidades subscritoras do Plano de Acção da Estratégia Nacional de Educação para o Desenvolvimento,
Minhas Senhoras e meus Senhores,

Desde de 2009, data em que foi aprovada Estratégia Nacional de Educação para o Desenvolvimento ocorreram no país, na europa e no mundo mudanças substanciais a nível económico, social e política. Em Portugal em particular, segundo os dados do Eurobarómetro do ano passado, cerca de 70% da população portuguesa é favorável à cooperação para o desenvolvimento. Contudo, diz-nos a prática quotidiana no sector das ONGD que o público em geral disposto a envolver-se activamente na resolução dos problemas da pobreza, estão mais motivados em envolver-se em acções locais, no próprio país, do que apoiar actividades de cooperação para o desenvolvimento noutras partes do mundo. É uma opção legítima e

compreensível. Mas é também um eloquente sinal de que hoje, mais do que nunca, uma estratégia de Educação para o Desenvolvimento orientada para a centralidade da pessoa humana e para a universalidade da sua dignidade, é imperativa e fundamental.

Ao longo destes anos tem-se verificado um apoio político e um envolvimento empenhado, quer governamental, quer parlamentar à Educação para o Desenvolvimento. Desde 2009, tem sido notável o envolvimento institucional, público e privado, e o envolvimento da Sociedade Civil que não pode diminuir. O apoio político, institucional e financeiro à Educação para o Desenvolvimento não pode diminuir sob o risco de reduzir o interesse e a participação, num momento em que Educação para o Desenvolvimento é mais precisa que nunca.

Não pode diminuir pois a Estratégia Nacional de Educação para o Desenvolvimento Portuguesa, é evidentemente identificada como uma boa-prática, razão pela qual é referência internacional, pois:

- É amplamente participada;
- Os contornos da sua génese e as metodologias utilizadas garantem a apropriação por todas as partes interessadas;
- Contém uma componente de avaliação e monitorização e consequente melhoramento e evolução;
- Tem contribuído para a transversalização da Educação para o Desenvolvimento nos *curricula* escolares (sendo aqui de evidenciar a importância do envolvimento do Ministério da Educação);
- É assegurada por uma liderança aberta e participada (sendo aqui de assinalar o papel do CIDAC, da Fundação Gonçalo da Silveira e do Camões – Instituto da Cooperação e da Língua) e o envolvimento de outros *stakeholders* (como muitas ONGD associadas da Plataforma Portuguesa das ONGD).

A história da Estratégia Nacional de Educação para o Desenvolvimento é, pois, uma história de sucesso que não pode retroceder e, como dito acima, sobretudo no contexto actual em que vivemos em Portugal.

Embora o Novo Conceito Estratégico para a Cooperação Portuguesa, aprovado no início do corrente ano tenha vindo a reafirmar a importância basilar da Educação para o Desenvolvimento para o sector, a verdade é que (também impulsionado pela fusão entre o Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento e o Instituto Camões) veio colocar a promoção da língua e cultura portuguesas e a diplomacia económica na agenda do sector. Se tal facto nos faz incorrer em sérios riscos de manter uma elevada percentagem de ajuda ligada (cerca de 70%, de acordo com a última avaliação e contrariando os compromissos de Busan), pode também constituir uma oportunidade de integrar Educação para o Desenvolvimento nos programas de promoção da língua portuguesa e apoio, no âmbito de Educação para o Desenvolvimento, a algumas temáticas de Desenvolvimento, como são a integração da o comércio justo, desenvolvimento sustentável, a abordagem centrada nas pessoas e os Direitos Humanos.

Para que não perca a importância e o impacto conquistados, para que surta resultados e resultados eficazes, não pode ser reduzido o financiamento à Educação para o Desenvolvimento, não pode ser reduzido o empenho político, não pode ser reduzido o apoio e o envolvimento institucionais.

Quanto ao financiamento é vital que a linha de apoio a projectos de Educação para o Desenvolvimento não esteja, como está, indexado ao sucesso na obtenção de financiamento internacional (especialmente europeu) para os mesmos projectos, porquanto as linhas europeias estão cada vez mais blindadas e competitivas, dificultando deliberadamente o acesso às pequenas e médias ONGD. Ora sendo a enorme maioria das ONGD portuguesas de pequena e média dimensão e estando o acesso ao cofinanciamento pelo Camões – Instituto de Cooperação e da Língua a projectos de Educação para o Desenvolvimento condicionado ao sucesso na obtenção de financiamento europeu, estas normas de elegibilidade nacionais tornar-se-ão letra morta a muito breve trecho.

Numa lógica de eficácia e optimização de recursos, é também necessário aproveitar os recursos, as campanhas e os planos nacionais sobre temas transversais e universais com relevância local e global como os Direitos Humanos e a Igualdade de Género como condições para o desenvolvimento, e outros temas como o Tráfico de Seres Humanos para criar sinergias com a Estratégia Nacional de Educação para o Desenvolvimento.

Deve esta estratégia e a Comissão que o gere manter o seu rumo, reforçando a sua representatividade, nomeadamente integrando comunidades imigrantes e criar parcerias com outros sectores relevantes para as temáticas em causa, como é o caso dos sindicatos, do sector privado, das organizações de juventude.

É também fundamental o reforço da integração de Educação para o Desenvolvimento nos *curricula* escolares, o que pressupõe uma adequada formação dos professores e espaço nos seus horários para integrar a Educação para o Desenvolvimento nos casos em que não esteja incluída nas disciplinas curriculares.

É, concluindo, verdadeiramente fundamental manter a Estratégia Nacional de Educação para o Desenvolvimento vibrante, inclusiva, impactante e concretizada em acções e essas acções em mudanças.

Porque apenas com um envolvimento empenhado, vivenciado e activo de todos na Educação para o Desenvolvimento e consequentes mudanças de comportamento é que contribuiremos para um mundo melhor, mais justo, mais equitativo e sustentável, acabo com ironia citando Oscar Wilde segundo o qual: "A educação é uma coisa admirável, mas é bom recordar que nada do que vale a pena saber pode ser ensinado". Tem que ser vivido.

Obrigado!

Painel I - Cidadania global num contexto de interdependência e de transformação social

Vídeo: 00:00 – 21:27

□ **Liam Wegimont, Consultor do *Global Education Network Europe* (GENE)**

***Global Citizenship in the context of Interdependence and Social Transformation:
What world do we want, how do we get there, and what's this got to do with Development
Education and Global Learning.***

Vice-President of the Assembleia, Deputies, colleagues, friends

I start by thanking the organisers and in particular the Strategic Group that has accompanied the development of the Portuguese National Strategy for the honour of being invited to speak to you here today. Indeed it is an honour to speak to you in this Senate room, seat of democratic debate, particularly in a year when we celebrate 40 years of revolution.

I am sorry that I'm not speaking in Portuguese – my wife is Portuguese, from Lamego, and she tells me that our children are 90% Portuguese. I told our middle child, Ana Pinto Wegimont, 9, that I was going to speak here today – I asked her should I try to start in Portuguese. To which she replied – Dad, if you did, you might get a laugh, but if you want people to really understand what you're saying, better to speak in English....

To turn to the topic of Global Citizenship in the Context of Interdependence and Social Transformation – and keeping in mind the specific context of the National Strategy – these are broad complex issues. Nevertheless, I'd like to suggest that there are some quite simple but profound questions that surround this theme. I'll deal with three questions in particular

1. What sort of world do we have and what sort of world do we want?
2. How do we get there – what are the signs of hope along the way?
3. In the context of today's consideration of the Portuguese National Strategy, of Global Citizenship, and the launch of the Peer Review, what is the role of education on the road to the world we want?

So I'll deal briefly with each of these questions

1. The World we have and the World we want.

I'm afraid the bad news is that we continue to live in a world that is structurally unjust; a world where poverty persists, a world where conflict and violence seem to constantly re-emerge in the face of movements for democracy and peace-building. We live in a world where sustainability and climate justice seem to be far off dreams. Closer to home, we see the effects of austerity on the most vulnerable – Unicef Portugal's report launched yesterday outlines how the crises, and responses to the crises, have affected the nations' children and their rights. Portugal is, of course, not alone in this.

At the same time, hope springs eternal, and breaks through in the most unlikely places. Ways of looking at the world, imagining social solidarity, describing our possible common futures, emerge from previously suppressed or hidden sources. It seems that while we live in a world of inequality, we have the capacity to eradicate extreme poverty within 20 years, to annihilate hunger, to wipe out infant mortality, to achieve gender equity and equality, and also to develop systems for the achievement of climate justice and global social cohesion.

Imagine that.

Imagine if no one lived in poverty. Imagine if hunger was a thing of the past – as incomprehensible morally to our grandchildren as slavery or fascism are to us. Imagine if we lived in a world where no child died of preventable disease. Imagine a world where all people had access to clean drinking water and adequate sanitation? Imagine, in a not unrelated dream, a world of peace and prosperity for all. Imagine a world of mutual cultural appreciation and understanding. Imagine a world where all could travel but no one had to for reasons of economic necessity. Imagine a world where we reversed the effects of climate change, limited unsustainable consumption, and achieved climate justice?

Imagine...

This might sound utopic. And it is. Consciously so. I believe we need chosen, considered, intricately imagined utopias if we are to change the world in the direction of greater justice and equality for all.

Interdependence is a reality; social transformation is happening all the time – the only question is, in what direction? Does it work in favour of greater equality and social justice, or greater inequality and inequity? Does it lead to the sort of world we want, or back to the world we have?

Of course, we need to be wary of utopias, and particularly those abstract utopic visions which actually serve to keep things the way they are. But we also need to imagine a world of greater justice, equality and sustainability. Because, as the Irish poet W.B. Yeats put it, in dreams begin responsibilities.

So what are these dreams, and how do we make them a reality. Which leads to our second question...

2. How do we get there – what are the signs of hope along the way?

How do we get to a more just and equal world, and what are the signs of hope along the road? The power of people's movements and civil society to effect change is paramount, and this truth is well represented in the Portuguese National Strategy ENED. We also see signs of hope in emerging consensus between governments and nations; through combined global political agreement and policy direction. The post-2015 agenda might be dismissed by the cynical as just another set of Development Goals, but the values underlying the debates suggest to me that there is growing hope for the future.

These values include:

- a deeper questioning of the nature of development;
- a universalist focus on a decent life for all, on leaving no-one behind;
- a stronger social justice orientation;
- a focus on reducing inequality within and between countries, and
- a participatory orientation which is heartening.

(Of course, for those of you devoted to Development Education, Global Education or Critical Education for change, these values have been at the core of what you have been doing for a long time; they are clearly prominent in the Portuguese national Strategy – this also is a clear sign of hope, that the world is catching up.....)

So, this leads us to the third question - how do we get to a world of greater justice and global social cohesion, and what's that got to do with development education or global learning?

Just as there are signs of hope in the emerging policy agenda post 2015, I think there are also signs of hope in emerging global initiatives in the field of education. The UN Secretary General's Global Education First Initiative (GEFI) with its focus on Global Citizenship within the move for universal, quality education may be one. Another is the UNESCO's work on Education for Global Citizenship – which states that “there is a longstanding acceptance of education's role in the promotion of peace, human rights, equality, tolerance of diversity, and sustainable development.” These are interesting perspectives that highlight the importance of social change towards greater global justice.

3. What is the role of education on the road to the world we want?

So if these are some signs of hope, then is education the way to get to the world we want? I think the answer to this question is – yes and no. We cannot rely on education alone to get us to this better world for which we long; nor can we get there without education; but the relationship between the better world and education is complex. The notion that education will simply deliver the changed world we need (something assumed in the work of GEFI and UNESCO mentioned above) is mistaken – it simply doesn't work. I believe while education is at the core of our journey towards a more just world, it is mistaken to treat education as a messenger-boy for these values, a sort of "delivery-system" for the world we want.

It doesn't work at the level of educational process. Because education is the practice of freedom, it does not lend itself to particular messages, programmes of social change, fixed destinations. Or if it does, it's not education. As Paulo Freire once put it, you cannot start with the person as object in the educational process, and then move to the person as subject. You have to start with the person, as subject, in all their glorious freedom; and journey with the person as subject.

If this model doesn't work at the level of educational process, it also does not work at the level of education system – because education systems have multiple, complex tasks in relation to society and social transformation. Education systems – formal and non-formal - serve to pass on traditions of learning, to maintain social cohesion or control, to provide care and compassion. Education systems often serve purposes of maintenance as much as transformation. To expect education systems alone to provide values that are countercultural may be over-optimistic.

It also doesn't work at the level social transformation. Social transformation, social change, is a complex process, and the relationship between human knowledge and learning, human agency, and social change is also complex. Social change theorists don't agree about much, but they do seem to agree that social change is not uni-linear. The notion that we can teach utopic values in a way that is pre-prescribed does an injustice not only to the open-ended nature of education, but also to the possibilities that our co-learners will be able to imagine solutions to the complex problems that they have inherited from us, and the complex challenges they have yet to encounter that we cannot imagine. This may be our ultimate hope, but it cannot be planned for or pre-determined.

So, to re-iterate, this notion of education as delivery boy just doesn't work, at a number of levels. It doesn't work at the level of educational process, nor at the level of educational system purpose, nor at the level of social transformation. We need a broader understanding.

So I'd respectfully suggest that the notion that we can use education to change the world, to simply transmit particular values in regard to social transformation, is misguided. At the same time, I do believe that global education, or ED, as understood and articulated in documents such as the Portuguese National Strategy or the Maastricht declaration is at the heart of the move towards a more just and equal world, albeit in a slightly more complex way. I believe a deeper, more useful understanding of the relationship between the world we want, the global social transformation we yearn for, and the education we need, can be arrive at from two perspectives: that of the human subject as citizen, and that of the education system,

Firstly – people change the world. Constantly. As Paolo Freire again put it – what makes some people think that learners aren't always, already engaged in learning how to read the world, in order to change the world. The educated person, a learned society, a knowledgeable nation, an educated world citizenry – these are at the heart of possibilities for social transformation towards greater equity and justice. Nothing else will do. As the Maastricht Declaration puts it – we need an education "that open people's eyes and minds to the realities of the world, and awakens them to bring about a world of greater justice, equity and human rights for all". Such an education - one which puts the human subject at the heart of the matter, and refuses to objectify the subject or to make them the target of pre-ordained messages - is at the heart of social transformation in favour of greater justice –but with an open-ended horizon of possibility, not a prescribed programme of social change.

If the human subject is at the heart of global education, we must start with the individual human subject; but we cannot end there. System change is also both possible and necessary. In GENE we focus on policy learning and peer review to encourage system-wide improvement in the field of Global Education. Education is about opening people's eyes to the realities of the world. Our world is global, is complex, is changing rapidly, and is calling out for greater equity, sustainability and justice. In our era, education that does not carry these values at the core, is simply not good education. Our Finnish colleagues state this very clearly. In the Espoo Hanasaari conclusions on Global Education in Curriculum Change (2011) they say:

Education must put Global Education at the heart of learning, if it is to be considered quality education. Global Education has a crucial role to play in all national education system improvement, in curriculum development, teacher education, improvement of school practice and learning culture, and the development of educational landscapes". From this system-wide perspective, development education and global learning must be at the heart of necessary transformations of education systems.

So, it is our contention that by putting global learning at the heart of an education system, using an approach that puts the human subject at the heart of the process, and focuses on both system change and utopic vision, development education and global learning, as envisaged in the National Strategy, may help transform education and make it fit to contribute to a world of greater justice, equity and human rights for all.

□ **Ana Raquel Matos, Investigadora do Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra**

Cidadania global num contexto de interdependência e de transformação social

A designada modernidade, iniciada por volta do séc. XVII, e os vários processos sociais que tem vindo a enquadrar, fez emergir conceitos como transnacionalização, europeização, mundialização e globalização. Foi ao abrigo destes processos que o mundo se foi percebendo como um todo complexo e cada vez mais interdependente nas várias partes que o compõem.

Se a partir de então o desenvolvimento industrial e os avanços tecnológicos e científicos plasmaram projetos de desenvolvimento, começaram também a emergir, cada vez com mais nitidez, novos riscos, novas desigualdades e pobreza, que afetam hoje desigualmente grupos sociais, nações e diferentes regiões do mundo.

Num complexo desafio identitário, com a modernidade, cada indivíduo viria a tornar-se cidadão do mundo, uma condição que implica a definição de novos direitos e de novos deveres sobre os quais importa refletir.

A proposta de reflexão que aqui se coloca passa pela discussão de três dimensões estruturantes do modelo de cidadania global, um modelo que tem vindo a reivindicar um novo paradigma de ação no sentido de uma transformação social à escala global.

A primeira dimensão é a dimensão da participação cidadã.

Desde há algumas décadas que a participação cidadã se tornou um dos temas de destaque no âmbito das agendas políticas, nacionais e internacionais. Falar de participação implica, assim, projetar novas possibilidades de intervenção dos/as cidadãos/ãs na política, na vida coletiva, na definição do bem comum, mas sobretudo em decisões que afetam a vida de todos/as nós. Não obstante a sua centralidade, nem sempre as possibilidades de participação projetadas por essas agendas políticas coincidem com práticas verdadeiramente inclusivas dos/as cidadãos/ãs em processos deliberativos, ou seja, com potencial transformador no sentido de se promoverem melhores decisões, com mais qualidade e capazes de servir a todos/as. Esta descoincidência entre o que está consignado na lei e as experiências concretas tem sido designada por alguns

autores como *crise discursiva* ou *retórica da participação e da democratização* (Dagnino, 2004; Thorpe e Gregory, 2010).

A sociedade civil, porém, ao longo das últimas décadas, tem sabido organizar-se no sentido de promover e de sensibilizar a esfera cidadã para diferentes formas de participação. São disso exemplo as ações de protesto, a mobilização coletiva, os movimentos de indignação, de contestação e de reivindicação por uma nova ordem mundial que se têm propagado por uma esfera pública que se apresenta cada vez mais transnacional (Fraser, 2014). É, pois, neste espaço que a verdadeira cidadania global tem ganho contornos definidos, onde causas feministas, laborais, ambientais, entre muitas outras, se afirmam articuladas entre si e projetam possibilidades de um mundo organizado em torno de uma nova ordem social, mais justa e igualitária.

A educação para a cidadania global tem-se vindo a realizar também, e em grande medida, a partir dessa ação política não institucionalizada a cargo da sociedade civil. Para isso tem sido determinante a ação dos movimentos sociais e das organizações não-governamentais, entre outros atores coletivos, mais ou menos organizados, que projetam um modelo de cidadania que não só é global como é essencialmente crítico.

Manifestações como as que têm vindo a registar-se um pouco por todo o mundo, incluindo Portugal, não devem, por isso, ser reprimidas, desvalorizadas ou criminalizadas. Delas deve ser retirada uma consequência política, designadamente para que estas reivindicações de formas de cidadania imperfeitas possam vir a ser corrigidas. Estas formas de participação não encerram, apenas, o exercício do direito a estar na rua e protestar, elas devem ser capazes de conseguir efetivar o direito à mudança que reclamam (Matos, 2012).

A segunda dimensão da cidadania global prende-se com a valorização da diversidade de formas de conhecimento do mundo.

Um verdadeiro processo de educação para a cidadania global implica o respeito por todas as formas de saber, exatamente porque todas são válidas e úteis. A verdadeira cidadania, aliás, só se tornará global se for capaz de romper com uma das fronteiras mais resistentes à transformação social, a fronteira que separa o Norte do Sul Global.

A cidadania global não coexiste, portanto, com quaisquer linhas divisórias do mundo, incluindo as que tentam sobrevalorizar um Norte que privilegia a ciência como forma superior de conhecimento, com que tenta dominar o mundo, e um Sul repleto de outras formas de conhecimento tantas vezes exploradas, silenciadas e subalternizadas (Mignolo, 2003; Visvanathan, 2006).

A cidadania global implica a reunião de todas as formas e conhecimento num projeto global de desenvolvimento, um projeto arquitetado a partir do respeito mútuo, do diálogo permanente e da inteligibilidade recíproca entre diferentes formas de conhecimento. A cidadania global traduz-se numa verdadeira *ecologia de saberes* (Santos, 2006) enquanto estratégia para alcançar políticas públicas efetivas, inclusivas, capazes de servir a todos/as nas suas especificidades, pois só assim caminharemos no sentido de um mundo mais sustentável, mais justo e mais igualitário.

A terceira, e última, dimensão reporta ao local e à sua centralidade incontornável no projeto de cidadania global.

Se é verdade que o local sempre existiu sem o global – a prová-lo está grande parte da história da humanidade – o global, esse, não sobrevive sem o somatório de territórios locais que o compõem.

O local é o palco privilegiado da diversidade cultural, de manifestação e prática de valores específicos, da diferença. A cidadania global não prescinde assim do reconhecimento e do respeito pelo “outro” e pelo espaço em que ele habita. Se o local é a parte do corpo do global onde se sente a dor da desigualdade, da pobreza, da discriminação, da exploração, então é nele que as estruturas políticas e institucionais devem atuar por forma a implementar a mudança.

A cidadania global deve afirmar-se como um projeto de todos, com todos e para todos, sustentado em direitos e obrigações passíveis de realizar localmente, por forma a concretizar o projeto de que outro mundo é efetivamente possível.

A cidadania global não pode, nem deve, por tudo isto, ser um projeto cerzido apenas em torno de um ideal que se projeta, mas deve afirmar-se a partir de um conjunto de práticas de participação cidadã, verdadeiramente transformadoras, que articulem diferentes formas de conhecimento mobilizáveis a partir dos/as cidadãos/ãs de todos os locais do mundo.

Referências Bibliográficas

Dagnino, Evelina (2004), "Construção democrática, neoliberalismo e participação: os dilemas da confluência perversa", *Política e Sociedade – Revista de Sociologia Política*, 3, 5, 139-164.

Fraser, Nancy (2014), "Transnationalizing the Public Sphere: On the Legitimacy and Efficacy of Public Opinion in a Post-Westphalian World", in Kate Nash (Ed.), *Transnationalizing the Public Sphere*. Cambridge: Polity Press, 8-42.

Matos, Ana Raquel (2012), "Democracia, participação cidadã e políticas públicas: uma avaliação a partir das ações de protesto", *Configurações - Políticas Públicas*, 10, 69-82.

Mignolo, Walter (2003), *Historias locales, diseños globales: colonialidad, conocimientos subalternos y pensamiento fronterizo*. Madrid: Editorial Akal.

Santos, Boaventura de Sousa (2006), *A Gramática do Tempo. Para uma nova cultura política*. Porto: Edições Afrontamento.

Thorpe, Charles; Gregory, Jane (2010) "Producing the Post-Fordist Public: The Political Economy of Public Engagement with Science", *Science as Culture*, 19 (3), 273-301.

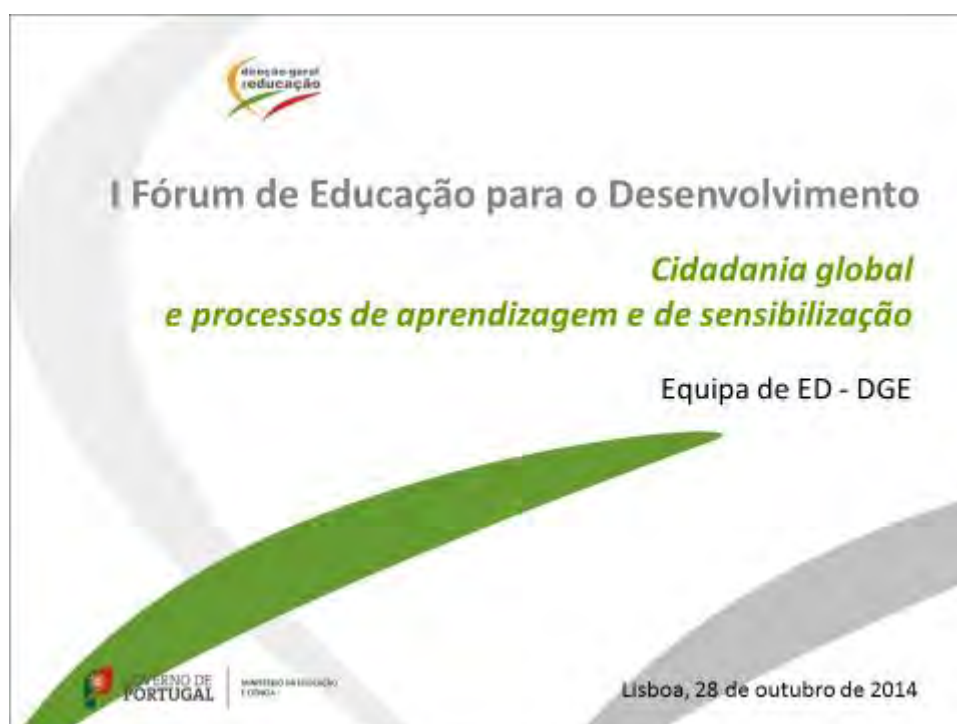
Visvanathan, Shiv (2006) "Alternative Science", *Theory, Culture and Society*, 23 (2-3), 164-169.

Painel II - Cidadania global e processos de aprendizagem e de sensibilização

Vídeo: 21:28 – 1:54:10

□ Maria José Neves, Coordenadora da Equipa de Educação para o Desenvolvimento, Direção-Geral da Educação

Vídeo: 24:40 – 44:20



Educação para a Cidadania

Enquadramento curricular

Decreto-lei n.º 139/2012 de 5 de julho

Princípios orientadores

(Artigo 3.º)

- m) Reforço do caráter transversal da **educação para a cidadania**, estabelecendo **conteúdos e orientações programáticas**, mas **não a autonomizando como disciplina de oferta obrigatória**;
- p) Enriquecimento da aprendizagem, através da oferta de **atividades culturais diversas e de disciplinas, de caráter facultativo** em função do projeto educativo de escola, possibilitando aos alunos diversificação e alargamento da sua formação, no respeito pela autonomia de cada escola.

Educação para a Cidadania

Enquadramento curricular

DL n.º 139/2012 e DL n.º 91/2013

- **Caráter transversal**
(em todas as componentes do currículo/disciplinas,
desde a educação pré-escolar ao ensino secundário)
- **Componente curricular complementar**
(1.º, 2.º e 3.º ciclos)
- **Projetos e atividades**

Educação para a Cidadania Enquadramento curricular

Componentes curriculares complementares

No 1.º ciclo a **oferta complementar** integra o currículo (art.º 2.º, DL 91/2013)

As escolas dos 2.º e 3.º ciclos podem oferecer **componentes curriculares complementares** com carga horária flexível (art.º 12.º, DL 139/2012)

Contribuir para a promoção integral dos alunos em áreas de **cidadania**, artísticas, culturais, científicas ou outras (art.º 12.º, DL 139/2012 e art.º 2.º, DL 91/2013)



GOVERNO DE
PORTUGAL

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
E CIÊNCIA

1º Fórum ED
Lisboa, 28-10-2014

Educação para a Cidadania Enquadramento curricular

Alargamento da Oferta Complementar

Escolas com contrato de Autonomia

«**oferecer disciplinas de enriquecimento ou complemento do currículo**», conforme o estipulado na Portaria n.º 44/2014 de 20 de fevereiro, ao abrigo da **flexibilidade curricular**.

Escolas do Ensino Particular e Cooperativo

O mesmo está previsto para o ensino particular e cooperativo, de acordo com a Portaria n.º 59/2014 de 7 de março.



GOVERNO DE
PORTUGAL

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
E CIÊNCIA

1º Fórum ED
Lisboa, 28-10-2014

Educação para a Cidadania

Enquadramento curricular

Projetos e atividades

Ensino Básico - projetos e atividades que contribuam para a **formação pessoal e social dos alunos**, designadamente: educação cívica; educação para a saúde; educação financeira; educação para os media; educação rodoviária; educação para o consumo; educação para o empreendedorismo (art.º 15º)

Ensinos Básico e Secundário - ações de formação cultural e de educação artística, de educação física e de desporto escolar, de **educação para a cidadania, de inserção e de participação na vida comunitária**, visando especialmente a utilização criativa e formativa dos tempos livres, orientadas, em geral, para a formação integral e para a realização pessoal dos alunos (art.º 20º)

Educação para Cidadania

Linhas Orientadoras

A prática da cidadania constitui um processo participado, individual e coletivo, que apela à reflexão e à ação sobre os problemas sentidos por cada um e pela sociedade.

O exercício da cidadania implica, por parte de cada indivíduo e daqueles com quem interage, uma tomada de consciência, cuja evolução acompanha as dinâmicas de intervenção e transformação social.

A cidadania traduz-se numa atitude e num comportamento, num modo de estar em sociedade que tem como referência os direitos humanos, nomeadamente os valores da igualdade, da democracia e da justiça social.



Educação para Cidadania - Linhas Orientadoras

Referenciais de abordagem de diferentes dimensões de cidadania

Produzidos em colaboração com outros organismos e instituições públicas e com diversos parceiros da sociedade civil

➤ Documentos não prescritivos

➤ *Instrumentos de apoio que, no âmbito da autonomia de cada estabelecimento de ensino, podem ser utilizados e adaptados em função das opções a definir em cada contexto, enquadrando as práticas a desenvolver*



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
E CIÊNCIA

1. Fórum ED
Lisboa, 29 -10- 2014



Educação para Cidadania Linhas Orientadoras Áreas Temáticas

- Educação Rodoviária;
- Educação para o Desenvolvimento;
- Educação para a Igualdade de Género;
- Educação para os Direitos Humanos;
- Educação Financeira;
- Educação para a Segurança e Defesa Nacional;
- Voluntariado;
- Educação Ambiental/Desenvolvimento Sustentável;
- Dimensão Europeia da Educação;
- Educação para os Media;
- Educação para a Saúde e a Sexualidade;
- Educação para o Empreendedorismo;
- Educação do Consumidor;
- Educação Intercultural;
- Segurança e Risco.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
E CIÊNCIA

1. Fórum ED
Lisboa, 29 -10- 2014

Educação para Cidadania Linhas Orientadoras

Educação para o Desenvolvimento

Consciencialização e compreensão das causas dos problemas do desenvolvimento e das desigualdades a nível local e mundial, num contexto de interdependência e globalização, a fim de promover o direito e o dever de todas as pessoas e de todos os povos a participarem e contribuírem para o desenvolvimento integral e sustentável

Cidadania global

Local

Nacional

Sentido de pertença - Valores humanistas

Global

Educação para a cidadania global



Aprendizagem ao longo da vida

Educação para a cidadania global

Vivências de escola

- Construção do conhecimento
- Responsabilidade
- Participação

- Solidariedade ética
- Diversidade
- Inclusão

Um mundo mais justo e sustentável



Bibliografia e outra fontes de pesquisa

Decreto Lei n.º 139/2012 de 5 de julho. *Diário da República* n.º 129 - I Série.

Decreto Lei n.º 91/2013 de 10 de julho. *Diário da República* n.º 131 - I Série.

Portaria n.º 44/2014 de 20 de fevereiro. *Diário da República* n.º 36 - I Série.

Portaria n.º 59/2014 de 7 de março. *Diário da República* n.º 47 - I Série.

DGE (2012). *Educação para a Cidadania – linhas orientadoras*.

<http://www.dge.mec.pt/educacaocidadania/index.php?s=directorio&pid=71>



GOVERNHO DE PORTUGAL

3. FOMENTO
Lisboa, 20-10-2014



Bibliografia e outra fontes de pesquisa

Centro Norte-Sul do Conselho da Europa (2010). *Guia Prática para a Educação Global. Conceitos e metodologias no âmbito da educação global para educadores e decisores políticos*.

<http://www.coe.int/t/dg4/nscentre/GE/GE/GE-Guidelines/Guia-pr%C3%A1tico-para-a-educac%C3%A3o-global.pdf>

UNESCO (2014). *Global Citizenship Education. Preparing learners for the challenges of the 21st century*.

<http://unesdoc.unesco.org/images/0022/002277/227729e.pdf>



GOVERNHO DE PORTUGAL

3. FOMENTO
Lisboa, 20-10-2014



Direção-Geral da Educação

Educação para a Cidadania

<http://www.dge.mec.pt/educacaocidadania/index.php>

Educação para o Desenvolvimento

<http://www.dge.mec.pt/educacaocidadania/index.php?s=directorio&pid=124>

Email (equipa ED): cidadania.edu.desenvolvimento@dge.mec.pt



GOVERNO DA REPÚBLICA
PORTUGAL

1.º Fórum ED
Lisboa, 28-30-2014

□ Vera Pinto, Representante do Grupo de Trabalho de Educação para o Desenvolvimento da Plataforma das ONGD e Sandra Oliveira, Investigadora

Vídeo: 44:29 – 1:04:35



Cidadania global e processos de aprendizagem e de sensibilização

GT Educação para o Desenvolvimento

28 de outubro de 2014

ONGD



Aproximadamente **1.260.000.000** pessoas vivem com menos de 1,25 dólares por dia
Em 2013, **1 em cada 8 pessoas** continuava a dormir com fome.

Foto Relatório sobre os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio 2014

Todos devemos assumir a nossa responsabilidade enquanto **cidadãos do mundo**.



É preciso **educar para a mudança**.

ONGD
PLATAFORMA PORTUGUESA

Organizações do Grupo de Trabalho de Educação para o Desenvolvimento



O que é que fazemos?



- Campanhas de sensibilização e de influência política



ONGD
PLATAFORMA PORTUGUESA

- Formação de diferentes atores estratégicos nas temáticas da Cidadania Global
(professores/as, jornalistas, técnicos/as de autarquias....)



ONGD
PLATAFORMA PORTUGUESA

- **Trabalho conjunto com decisores políticos, a nível local, nacional e europeu.**



ONGD
PLATAFORMA PORTUGUESA

- **Projetos criativos para a capacitação de professores/as e o envolvimento de alunos/as e das comunidades escolares.**



ONGD
PLATAFORMA PORTUGUESA

- Promoção de **seminários e conferências sobre temas ligados ao Desenvolvimento** e às desigualdades sociais, e ao papel de cada um enquanto **promotor da justiça social global**.



Seminário: "Educadores, Facilitadores ou Impulsionadores da Mudança? – O papel da Educação para o Desenvolvimento na promoção da Mudança Sistémica"



- Colaboração com universidades e outros institutos de investigação para **promover a investigação-ação**.



- **Outras ações locais** ligadas à:
 - Sustentabilidade
 - Consumo responsável
 - Desigualdades sociais
 - Coerência das políticas públicas para o desenvolvimento
 - Formação de voluntários

...

ED

ONGD
PLATAFORMA PORTUGUESA

Nestes processos de aprendizagem e sensibilização procuramos:

- Promover a compreensão da interdependência em escala global
- Promover a leitura crítica dos modelos de desenvolvimento
- Desenvolver competências de cidadania global
- Abrir caminhos de mudança
- **Promover a transformação social**

Online em www.deeep.org

ONGD
PLATAFORMA PORTUGUESA

*Journeys
to Citizen Engagement:
Action Research with
Development Education
Practitioners in Portugal, Cyprus
and Greece*

Co-written by King Gkorian and Sandra Oliveira
with contributions from Kerstin Witzig-Reigerson
and Benckowen Kuyukian

DEEEP

GO CRO



2º workshop da investigação-ação

Grupo de trabalho de ED +
movimentos sociais, grupos
locais e sociedade civil

Janeiro 2014

Algumas conclusões do estudo

- **envolver os cidadãos no longo prazo**
 - > além do cariz assistencialista ou de angariação de fundos
 - > ativar cidadãos comprometidos com a justiça social global

Algumas conclusões do estudo

- **sair da “bolha” das ONGD**

- > estabelecer parcerias com grupos locais e iniciativas da sociedade civil, trabalhar com e para cidadãos reais.

- **fazer a ligação ao global**

- > desafio da conjuntura – crise, introversão e nacionalismo
 - > urgente fazer ligação às pessoas e preocupações locais

Algumas conclusões do estudo

- **Valorizar o trabalho e aumentar impacto através das “riquezas” não-materiais**

- > trabalho em parceria com OSC, financiadores, cidadãos
 - > recursos humanos criativos
 - > metodologias de participação
 - > Parceria alargada da sociedade civil



1º workshop da investigação-ação – Dezembro 2013

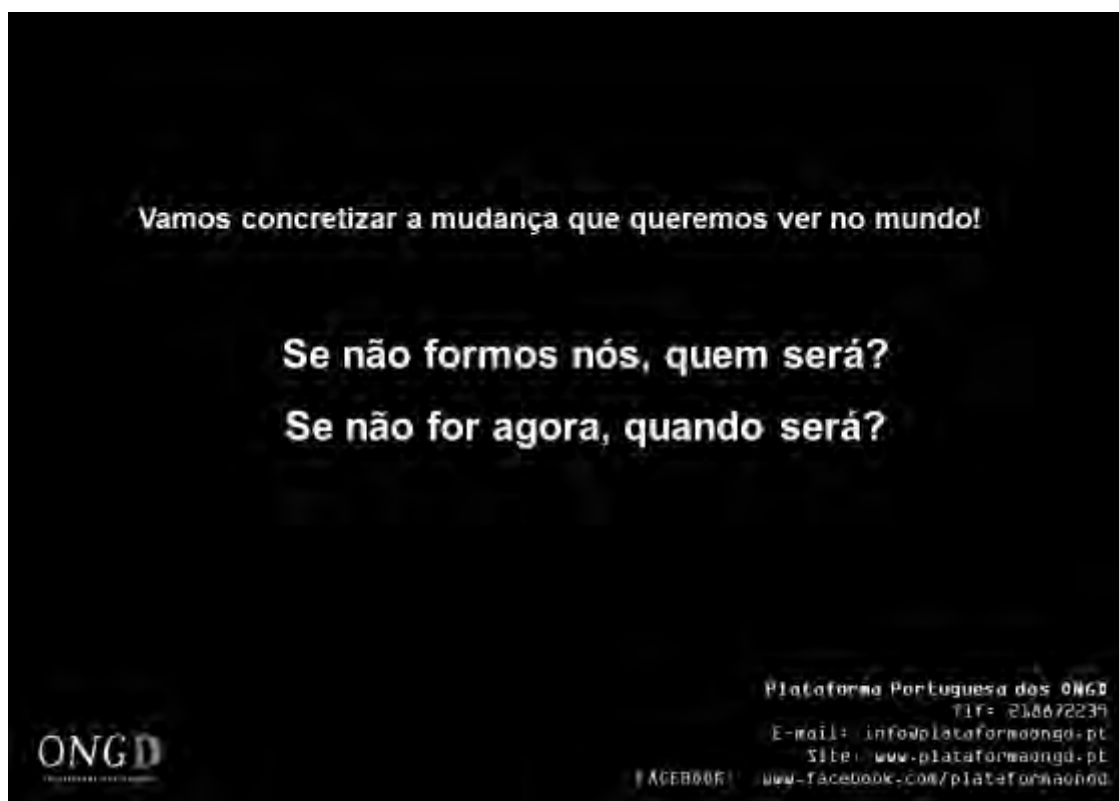
Desafios e oportunidades em 2015



A nível nacional: Nova ENED?

A nível europeu: Ano Europeu do Desenvolvimento

A nível mundial: Nova Agenda de Desenvolvimento



□ Júlio Santos, Professor do Instituto de Educação da Universidade do Minho

Vídeo: 1:05:00 – 1:17:00

A importância do exercício da cidadania global

Gostava, em primeiro lugar de agradecer o convite que me foi feito para estar aqui presente neste Fórum de Educação para o Desenvolvimento que vai debater “A importância do exercício da cidadania global”. Agradeço esta oportunidade para poder partilhar neste painel sobre “Cidadania Global e processos de aprendizagem e de sensibilização” algumas reflexões a partir dos desafios que se colocaram nos últimos anos ao enraizamento de conceitos e práticas de Educação para o Desenvolvimento no âmbito da Cidadania Global (EDCG) nas instituições, no meu caso, nas instituições de ensino superior. Tenho estado envolvido em várias “tentativas”, juntamente com outros que estão nesta sala, eu diria, em micro processos de mudança nas instituições, tentando cultivar um conceito de Universidade “comprometida” (de que fala Vicente Manzano Arrondo na sua obra *La Universidad Comprometida*).

Pensei em algumas questões que me parecem importantes para determinar um enquadramento concetual e metodológico. Existir um enquadramento torna-se essencial para compreender qual é o papel das Instituições de Ensino Superior (IES) na construção de processos de ED/Cidadania Global que possam ser coerentes, fundamentados e de qualidade:

Na minha opinião, isto significa levantar questões como:

1. O que significa educar/aprender no atual contexto da globalização? (pergunta relevante que Manuela Mesa coloca no texto “A Educação para a Cidadania Global no contexto atual”)
2. Que processos de EDCG estão a ser desenvolvidos nas IES? Com que qualidade? Que impactos estamos a conseguir?
3. Como podemos melhorar as práticas trabalhando no “*continuum*” sensibilização, educação, investigação e mobilização social (A Boni)?
4. O que pode a EDCG oferecer ao campo da cooperação para o desenvolvimento?

Acredito que pensar nestas (e outras) perguntas e tentar encontrar respostas no âmbito dos nossos contextos educativos, formativos e de intervenção nos obriga a enfrentar a complexidade desta área. Portanto, um **primeiro desafio importante** é o da clarificação, aprofundamento e problematização de conceitos. Luísa Teotónio Pereira, aqui presente, concedeu-me uma entrevista no quadro do Projeto “Sinergias ED: Conhecer para melhor Agir – promoção da investigação sobre a ação na ED (promovido pela Fundação Gonçalo da Silveira e pelo Centro de Estudos Africanos da Universidade do Porto), em que incentiva as IES para um maior **envolvimento na promoção** de iniciativas de ED (ainda relativamente desconhecida na maioria das IES), na **avaliação e na inovação**. Sugere, por exemplo, a procura de respostas através de metodologias de investigação mais participativas (ex. a sistematização de experiências). Isto nos obriga a alguma humildade de forma a reconhecermos e integrarmos, no seio das instituições, conhecimentos, valores, metodologias que espelhem e reforcem as “vozes e as práticas de outros contextos” e da diferença (enquanto um recurso e não como um problema). Este é, segundo Vanessa Andreotti, um passo fundamental para lidar com questões de poder, desigualdade e para desafiar noções de supremacia cultural. A minha experiência de trabalho com a ADRA- Angola (Ação para o Desenvolvimento Rural e Ambiente) e tendo lido (e conhecido o seu fundador) um pensador como Fernando Pacheco, permitiu-me um entendimento mais contextualizado sobre o conceito de desenvolvimento, participação, sociedade civil em África. Isto permite a valorização e integração nas nossas práticas de EDCG de outro tipo de conhecimento não-ocidental, capaz de integrar uma visão da “cidadania do Sul” (nas palavras de Alexandra Boni).

Um **segundo desafio** foi o de preparar, com algum cuidado e rigor, os processos de **institucionalização interna** que suscitassem políticas e práticas para a apropriação e para a análise crítica de conceitos de ED no âmbito da Cidadania Global. Quer dizer tentar criar a **margem de manobra** no seio das instituições para que se possam implementar processos de aprendizagem e de sensibilização ligados à EDCG (*continuum* de que fala Alexandra Boni).

Gostaria de referir alguns exemplos relativos aos processos de institucionalização/apropriação e que podem servir como reflexão (que vão desde o nível macro ao micro, dentro das salas de aula...):

1. Integração nos planos estratégicos das IES ou construção de planos estratégicos que incluam a EDCG ou, à semelhança de outras IES europeias (Espanha em particular), a adoção de códigos de Conduta Ética sobre Cooperação e EDCG;
2. A inclusão desta área em planos de ação (caso do que está a acontecer com o Centro de Recursos para a Cooperação e Desenvolvimento, sediado no Instituto de Educação, mas transversal à Universidade do Minho);
3. Inclusão de temáticas de EDCG nos currículos de formação de professores (o trabalho de algumas Escolas Superiores de Educação tem sido muito relevante). Estas tentativas de *curricularização* da ED deverão merecer uma atenção especial pelo potencial que encerram e pelos impactos que é necessário verificar (entre outros exemplos, La Salette Coelho e Carolina Mendes têm reflectido e apresentado em congressos alguma reflexão sobre a inclusão da EDCG na formação inicial de professores);

4. A investigação sobre EDCG: por ex. as teses de mestrado da Tânia Neves “A Educação para o Desenvolvimento: Percorrer contextos, práticas e perceções” e da La Salette Coelho “Erguer Pontes, Tecer Futuros e Construir Alternativas: A Economia Social e Solidária como prática(s) de Educação para o Desenvolvimento” Estes trabalhos são importantes pela reflexão e porque espelham processos de institucionalização da ED enquanto dimensão de inovação nas instituições;
5. A avaliação da “Rede de Educadores para a Cidadania Global”, cuja avaliação está a ser feita pela Universidade do Minho, pela Profa. Maria José Casanova e por Sandra Fernandes, técnica do Centro de Recursos para a Cooperação e Desenvolvimento do Instituto de Educação/UMinho);

Um terceiro desafio tem a ver com a relação entre EDCG e **cooperação para o desenvolvimento**. A minha experiência leva-me a dizer que deve existir um (re)conhecimento sobre a importância da EDCG como a “outra face da moeda da Cooperação para o Desenvolvimento, como alguns de nós costumam referir. Parece-me importante que se faça uma reflexão profunda sobre esta relação (a partir de experiências pessoais e institucionais que é necessário sistematizar e a partir da literatura) para que a EDCG ganhe protagonismo e afirme a centralidade da cidadania nos processos de cooperação.

Gostaria de concluir, referindo que este é um trabalho de questionamento constante e de cedência mútua. E, a meu ver, significa como é que uma instituição se deve preparar para lidar com o mundo, com as questões do desenvolvimento, da pobreza e das interdependências. Manuela Mesa escreve que educar no atual contexto da globalização significa “promover a tomada de consciência de que vivemos num mundo interrelacionado cujo dinamismo não pode apreender-se de forma local, mas como um sistema global de conhecimentos, atitudes e valores em constante mudança”. A filósofa Martha Nussbaum, uma das autoras que mais tem defendido o conceito de “educação cosmopolita” salienta que a resposta aos problemas globais exige um planeamento global, um conhecimento global e o reconhecimento de que o futuro é comum. Isto implica repensar (e continuar a construir) as IES como instituições de “fronteira”, capazes de produzir “ciência responsável”, quer dizer, que responde aos problemas do mundo, e não separada do mundo e dos seus atores (de que fala Assuncion St Clair, na comunicação ao VI Congresso sobre Universidade e Cooperação, 2013, intitulada “Ciencia Responsable y Universidad como institución de Frontera”).

Estou convicto que este desafio “para dentro” das IES é crucial e é urgente.

Bibliografia

Andreotti, V., (2009). Development vs poverty: notions of cultural supremacy in development education policy in Development Education – Debates and Dialogues, Bourn D. (ed), London: Institute of Education.

Boni A. (2013) Universidad y Educacion para el Desarrollo, comunicação ao VI Congresso Universidad y Cooperacion, Valência, 24 de Abril de 2013.

Nussbaum M. (2013) Educação e Justiça Social, Edições Pedagogo).Scheunpflug, A., (2009) Why Global Learning and Global Education: An Educational Approach influenced by the perspectives of Immanuel Kant in Development Education – Debates and Dialogues, Bourn D. (ed), London: Institute of Education.

Cidadania global e desenvolvimento: uma reflexão para o futuro

Vídeo: 1:54:20 – 2:05:20

□ **Paula Barros, Diretora de Serviços da Cooperação do Camões - Instituto da Cooperação e da Língua (em nome das entidades subscritoras do Plano de Ação da ENED)**

- Exmos. Senhores Deputados e Exmas. Senhoras Deputadas,
- Ilustres Oradores e Oradoras,
- Minhas Senhoras e Meus Senhores,

Em representação do Camões e em nome das catorze entidades subscritoras do Plano de Ação da Estratégia Nacional de Educação para o Desenvolvimento, cumpro-me a tarefa de apresentar aqui um exercício prospetivo sobre os desafios associados à Educação para a Cidadania Global e à Educação para o Desenvolvimento.

Estamos convictos que este exercício, que resulta dos contributos das instituições públicas e organizações da sociedade civil diretamente comprometidas na execução da Estratégia, a par das recomendações do GENE, a apresentar hoje, constituirá um suporte importante do nosso trabalho futuro.

Tal como previsto na Estratégia Nacional de Educação para o Desenvolvimento, a primeira edição do Fórum de Educação para o Desenvolvimento, enquanto espaço de reflexão, constitui uma oportunidade para se repensar e reafirmar a importância do exercício da cidadania global e as suas implicações no que respeita à Educação para o Desenvolvimento e à Estratégia Nacional de Educação para o Desenvolvimento.

Este é um momento de balanço da execução da Estratégia Nacional de Educação para o Desenvolvimento. Estamos a entrar no último ano da vigência do documento e afigura-se necessário perceber qual o caminho a seguir. Também na Estratégia de Educação para o Desenvolvimento há um Pós-2015 que necessita de ser reconsiderado.

O processo de revisão pelos pares, levado a cabo pelo GENE - *Global Education Network Europe*, cujo relatório é lançado a seguir, é um elemento essencial para se fazer a avaliação da situação, necessidades e potencialidades da Educação para o Desenvolvimento em Portugal.

No que respeita à execução e acompanhamento da Estratégia, há a destacar os seguintes pontos positivos: o mapeamento sistemático das atividades e projetos realizados, através da elaboração de planos de ação e de relatórios de acompanhamento anuais; o estreitamento de relações entre todas as entidades subscritoras, ONGD e Escolas Superiores de Educação; a discussão conceptual e o processo formativo fomentados por encontros entre diversos atores, nomeadamente nas três Jornadas de Educação para o Desenvolvimento já realizadas; e uma apropriação crescente da Estratégia por parte de todos os atores envolvidos.

Persistem, no entanto, alguns desafios, quer ao nível dos próprios conceitos, quer ao nível da concretização da Estratégia e do pensamento sobre o seu futuro.

No que toca aos conceitos adotados, cumpre salientar que apesar da Estratégia portuguesa assumir a expressão Educação para o Desenvolvimento, assiste-se, por toda a Europa, à discussão deste conceito. Aliás, esta expressão tem sido preterida em favor de outras, como, por exemplo, Educação para a Cidadania Global. Nesta matéria, é visível a necessidade de

questionamento dos conceitos, começando pelo próprio conceito de Desenvolvimento e pelos seus modelos. Também por isso alguns elegem o conceito de Cidadania Global, como resposta ao desafio da Globalização. Almeja-se formar cidadãos atentos ao mundo e promover a sua capacidade de observação e visão crítica. A Educação para Cidadania Global apresenta-se como uma educação para a transformação social, uma transformação feita a partir dos próprios cidadãos, comprometidos com o seu futuro.

No que respeita aos desafios relacionados com a concretização da Estratégia, que têm sido partilhados entre aos atores envolvidos, deve realçar-se que algumas medidas do Plano de Ação carecem de uma atenção reforçada. É importante ultrapassarmos um certo isolamento na execução das atividades, que poderiam ter decerto mais impacto se houvesse um aprofundamento da concertação entre atores. É essencial apostar na investigação em Educação para o Desenvolvimento. É fundamental fortalecer a formação de agentes educativos que se tornem multiplicadores. É ainda crucial reforçar as ações de influência política, que permitam a real operacionalização de reformas que vão de encontro à transformação social ambicionada. Continua a afigura-se como essencial providenciar os recursos para a concretização da Estratégia. É também indispensável a desconcentração territorial das ações nas geografias da existência de organizações.

No que concerne ao futuro da Estratégia, deve salientar-se mais alguns desafios. E, muito em especial, a necessidade de pensar a Cidadania Global como formação integral do cidadão, para que este seja capaz de olhar para o que o rodeia e se sinta responsável por aquilo que são os direitos de todos os cidadãos, tendo em vista a sustentabilidade e o bem comum global. Isto pressupõe a existência de uma abordagem holística às questões da Cidadania Global, que se exprima através de uma maior coordenação entre as políticas de desenvolvimento e as políticas educativas. Neste sentido, é indispensável que se repensem os espaços de educação formal, incentivando uma maior abertura à comunidade e às realidades do mundo contemporâneo.

A questão dos recursos também se revela crucial para todas as entidades. Afigura-se urgente procurar novas fontes de financiamento para os projetos de Educação para o Desenvolvimento, em especial fontes internacionais. A atenção ao que se passa a nível internacional é necessária para a procura de financiamentos, mas também para o posicionamento das ações nacionais num quadro de ação mais alargado, bem como para a própria construção e partilha de conhecimentos. Nada disto se faz sem uma responsabilização dos atores em Educação para o Desenvolvimento e sem o seu compromisso real perante os novos desafios. As entidades subscritoras do Plano de Ação da Estratégia Nacional de Educação para o Desenvolvimento apelam a um compromisso ao nível das políticas públicas. Um compromisso que se consubstancie numa maior coerência entre as questões da Educação para o Desenvolvimento e as políticas de desenvolvimento e que envolva, não apenas os poderes públicos, mas as próprias organizações da sociedade civil.

Minhas Senhoras e Meus Senhores,

Para que tudo isto seja efetivado, existem algumas questões finais para as quais é necessário encontrar princípios de resposta. Acreditamos verdadeiramente que temos o poder, enquanto cidadãos e educadores, de mudar e transformar aquilo que sentimos injusto no mundo? Se concordamos que a Cidadania Global pode estar ao serviço da transformação social e da construção de um mundo novo, que mundo é este que ambicionamos? Se queremos ser cidadãos críticos, responsáveis e participativos, que caminhos adotaremos para os formar? Através de que modelos? E em que espaços? Seremos capazes de dar o exemplo através da coerência entre os nossos discursos e as nossas práticas?

Muito obrigado pela atenção.

Painel III - Visões sobre cidadania global e desenvolvimento

Vídeo: 2:14:40 – 2:42:25

Apresentação do relatório do peer review do GENE à ED em Portugal

Vídeo: 2:43:40 – 3:38:35

- ☐ Helmuth Hartmeyer, Presidente do GENE e Diretor da Agência de Desenvolvimento da Áustria, Ministério dos Negócios Estrangeiros da Áustria
- ☐ Eddie O'Loughlin, Coordenador do GENE
- ☐ Liam Wegimont, Consultor do GENE
- ☐ Janina Moryc, Chefe de Unidade do Ministério dos Negócios Estrangeiros da Polónia

Global Education in Portugal – GENE, 2014²

Sumário Executivo

Observações e Recomendações Chave

Tradução da responsabilidade da Comissão de Acompanhamento da Estratégia Nacional de Educação para o Desenvolvimento e do GENE.

Sumário Executivo

Este relatório nacional sobre a Educação Global em Portugal faz parte do processo de *Peer Review* (revisão pelos pares) à Educação Global Europeia, iniciado em 2002 com o objetivo de aumentar e melhorar a Educação Global na Europa. Este relatório é o culminar de um processo de *Peer Review* dirigido por uma equipa internacional. Através de um processo de pesquisa e de várias entrevistas com as principais partes interessadas, foi recolhida informação e foram elaboradas perspetivas críticas sobre o estado atual da Educação Global em Portugal, assim como sobre as possibilidades de desenvolvimento futuro. Este processo, facilitado pelo GENE (Global Education Network Europe), foi realizado em cooperação com o Camões – Instituto da Cooperação e da Língua, IP (Camões, IP), o Ministério de Educação e Ciência, o CIDAC e a Plataforma Portuguesa das ONGD, enquanto interlocutores nacionais.

² O que se apresenta não é a intervenção dos oradores mas a tradução oficial de excertos da publicação final do relatório. O relatório completo pode ser encontrado aqui - [http://gene.eu/publication/#National Reports](http://gene.eu/publication/#National%20Reports).

Este relatório do *Peer Review* visa explicitar a aprendizagem política que resulta do processo, com o objetivo de produzir observações e recomendações que serão úteis para as partes interessadas portuguesas no seu percurso, até ao dia em que todas as pessoas em Portugal tenham acesso a uma Educação Global de qualidade. Também visa enfatizar a importância das boas práticas e da aprendizagem comparativa de políticas para todos os envolvidos na Educação Global e na Educação para o Desenvolvimento noutros países europeus e noutros continentes.

O relatório é estruturado da seguinte maneira: o Capítulo 1 apresenta uma introdução ao relatório e ao processo em geral; o Capítulo 2 esboça o contexto da Educação Global em Portugal; o Capítulo 3 examina a Estratégia Nacional de Educação para o Desenvolvimento em Portugal; o Capítulo 4 apresenta as linhas gerais das principais observações e recomendações fundamentais do *Peer Review*. No relatório fazemos um resumo de algumas das principais conclusões e recomendações.

A equipa do *Peer Review* reconhece o forte e contínuo apoio político – incluindo um grande interesse parlamentar interpartidário – e o forte compromisso institucional para com a Educação para o Desenvolvimento e a Educação Global em Portugal. Este apoio reflete-se na composição de vários grupos de trabalho que participaram na Estratégia Nacional de Educação para o Desenvolvimento (ENED).

Portugal tem uma excelente Estratégia Nacional de Educação para o Desenvolvimento. A elaboração da Estratégia foi caracterizada por uma fase inicial de formulação altamente participativa. Isto já deu frutos em termos de clareza concetual – um processo que continua – e uma forte apropriação. Há também uma ênfase significativa no acompanhamento, na revisão e na avaliação. O relatório de acompanhamento de 2010-11 mostra como a forte ênfase colocada no acompanhamento e na melhoria do sistema está a ser posta em prática. Os atores portugueses merecem ser reconhecidos por esta ênfase e deveriam assegurar que ela conduza a uma boa implementação e ao aumento de qualidade.

O *Peer Review* recomenda que a competência do Camões, IP neste domínio, desenvolvida ao longo de muitos anos no quadro da sua Divisão de Apoio à Sociedade Civil, continue a ser desenvolvida e que esta Divisão se mantenha a liderar o processo da Estratégia Nacional (em cooperação com os outros membros da Comissão de Acompanhamento da ENED). A Divisão tem credibilidade para o fazer com todas as partes interessadas: isto deveria ser mais explorado e reforçado.

O relatório do *Peer Review* reconhece a necessidade de capacitação no seio de todas as instituições a fim de assegurar a continuação do bom trabalho que já foi realizado na fase inicial da implementação da Estratégia Nacional. Tal tem sido reconhecido pela Comissão de Acompanhamento e pelo Grupo Alargado (das entidades subscritoras do Plano de Ação da ENED) à medida que avançam com a sua implementação.

Reconhecendo as restrições económicas e financeiras atualmente enfrentadas por países europeus, este relatório reconhece também os grandes progressos já feitos no que diz respeito à Educação para o Desenvolvimento e à Educação Global em Portugal, e a qualidade e potencial

da Estratégia Nacional de Educação para o Desenvolvimento. Nesta perspetiva, o *Peer Review* recomenda que seja formulado um plano para aumentar a dotação financeira.

O *Peer Review* recomenda que os que trabalham no setor do ensino formal também façam uso das atuais oportunidades para dar a conhecer a Educação para o Desenvolvimento a todos os estudantes em Portugal, aproveitando as oportunidades de integração da Educação para o Desenvolvimento em todas as áreas disciplinares.

O *Peer Review* também recomenda que as ONG especializadas na Educação para o Desenvolvimento e na Educação Global estabeleçam projetos abrangentes de parceria com as organizações da sociedade civil e com as organizações e associações da educação formal e não formal (jovens, sindicatos, associações de consumidores, empregadores, empresas, etc.)

Reconhecendo o forte conhecimento, apoio e compromisso parlamentar, em relação a este campo de trabalho, o *Peer Review* recomenda que tal seja aprofundado. No relatório é feito um certo número de sugestões práticas assentes em discussões com os membros de duas Comissões Parlamentares e de um Grupo Parlamentar.

Estas e outras observações e recomendações do *Peer Review* estão contidas no quarto capítulo do relatório.

Sugere-se que as recomendações do *Peer Review* contidas neste relatório (e qualquer outra recomendação que as partes interessadas nacionais possam elaborar em resposta) estimulem futuros debates e reflexões críticas sobre a Educação para o Desenvolvimento e a Educação Global em Portugal, tal como aconteceu com os *Peer Review* relativos a outros países. A equipa do *Peer Review* acredita que existem verdadeiros desafios, mas também oportunidades significativas para a Educação para o Desenvolvimento e a Educação Global em Portugal. O Secretariado e a equipa do *Peer Review* continuarão disponíveis para os parceiros nacionais do processo, para aconselhar e apoiar iniciativas de acompanhamento que possam surgir como resultado do *Peer Review* e das suas recomendações.

É também evidente que a experiência da Educação para o Desenvolvimento e Educação Global em Portugal, evidenciada neste relatório, proporcionará exemplos de inovação e possibilidades de aprendizagem para outras pessoas envolvidas na Educação para o Desenvolvimento e na Educação Global na Europa.

Observações chave

1. A equipa do *Peer Review* registou as transformações significativas ocorridas nas realidades políticas, económicas e sociais em Portugal, na Europa e em todo o mundo desde a elaboração da primeira Estratégia Nacional de Educação para o Desenvolvimento, em 2009.
2. Continua a existir um forte e continuado apoio à Educação para o Desenvolvimento e à Educação Global em Portugal. É exemplo disto o apoio ao mais alto nível, através do forte compromisso do governo, refletido nos encontros tidos com o Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação e o Secretário de Estado do Ensino Básico e Secundário durante o processo do *Peer Review*.

3. Há também um apoio interpartidário extremamente forte. Tanto a Comissão Parlamentar de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas como a Comissão Parlamentar de Educação, Ciência e Cultura mostram interesse, conhecimento e apoio à Educação para o Desenvolvimento. Isto é também evidente no caso do Grupo de Trabalho interpartidário sobre a População e Desenvolvimento. A equipa do *Peer Review* congratula e observa um forte apoio parlamentar à Educação para o Desenvolvimento e à Educação Global em Portugal.
4. Há igualmente um alto nível de apoio institucional à Educação para o Desenvolvimento e à Educação Global, que se reflete na variedade de participantes que foram envolvidos nos dois grupos de trabalho que elaboraram a Estratégia Nacional de Educação para o Desenvolvimento (ENED). O Grupo de Trabalho 1 incluía o Camões, IP, o Ministério da Educação e Ciência, o CIDAC e a Plataforma das ONGD, enquanto o Grupo de Trabalho 2 era composto por estas quatro organizações mais onze organizações e instituições (consultar o capítulo 3 para ver a lista). O relatório do *Peer Review* observou também o compromisso da Comissão de Acompanhamento da ENED e do Grupo Alargado que aderiu à implementação da ENED.
5. Existe um compromisso forte, vibrante e diverso da sociedade civil para com a Educação para o Desenvolvimento e a Educação Global, incluindo por parte das organizações envolvidas no Grupo de Trabalho de Educação para o Desenvolvimento da Plataforma das ONGD, assim como doutros setores e organizações da sociedade civil. No entanto, também é preciso reconhecer que o contexto político, económico e social de Portugal e a disponibilidade mais limitada de fundos conduziram à fragilidade do terceiro setor, incluindo as ONG dedicadas à Educação para o Desenvolvimento e à Educação Global. Se, em consequência, se perder capacidade neste setor, será muito difícil recuperá-la.
6. Portugal tem uma excelente Estratégia Nacional de Educação para o Desenvolvimento (ENED). A elaboração da Estratégia foi caracterizada por uma fase de formulação inicial altamente participativa. Isto deu frutos em termos de clareza concetual (um processo que continua) e de uma forte apropriação. Há também uma ênfase significativa no acompanhamento, na revisão e na avaliação. O relatório de acompanhamento de 2010-11 mostra como a forte ênfase colocada no acompanhamento e na melhoria do sistema está a ser posta em prática. Os atores portugueses merecem ser reconhecidos por esta ênfase e deveriam assegurar que ela conduza a uma boa implementação e ao aumento de qualidade.
7. O Plano de Ação da Estratégia também levou a um maior progresso em termos da integração da Educação para o Desenvolvimento no sistema educativo, com a assinatura de três protocolos e contratos-programa, em concreto:
 - a. O protocolo entre o Camões, IP e o Ministério da Educação e Ciência, que é altamente estratégico e inclui planos para a integração da Educação para o Desenvolvimento em todos os níveis de educação, do pré-escolar ao secundário;
 - b. O contrato-programa entre o Camões, IP e o Ministério da Educação e Ciência, o CIDAC e a Fundação Gonçalo da Silveira;
 - c. O contrato-programa entre o Camões, IP e a Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Viana do Castelo, centrado na tarefa de acompanhamento da Estratégia Nacional.
8. Todas as partes interessadas reconhecem o importante papel de liderança da Divisão de Apoio à Sociedade Civil (antigamente no quadro do IPAD, agora no Camões, IP) e do CIDAC na elaboração e implementação da Estratégia Nacional. Esta forma de 'liderança aberta' – mantendo e oferecendo orientação, sendo ao mesmo tempo inclusiva, acolhendo todas as partes interessadas – constitui um modelo distinto de boa prática. O compromisso e envolvimento importantes das outras partes interessadas no Grupo de Trabalho original (agora, Comissão de Acompanhamento da ENED), e a relação íntima

- de trabalho que se desenvolveu entre os seus quatro intervenientes o Camões, IP, o Ministério da Educação e Ciência, o CIDAC e a Plataforma das ONGD – foram cruciais para o desenvolvimento da Estratégia e para a sua implementação.
9. A fusão do Camões, IP com o IPAD está ainda na fase inicial. A fusão oferece oportunidades assim como desafios para o importante trabalho de integrar e aumentar a consciência pública sobre a Educação para o Desenvolvimento e a Educação Global. A convergência da cultura, da língua, da educação, do comércio e do desenvolvimento pode fornecer novas oportunidades para o entendimento da relação entre estes fatores.
 10. As relações comerciais também criam oportunidades para o reforço do comércio justo; um setor que impulsionou fortes iniciativas de Educação Global noutros países. As relações portuguesas com os países do sul global, especialmente com os países de língua portuguesa de África, da Ásia e da América Latina, mostram que Portugal tem laços fortes e ricos com estes países, incluindo as importantes comunidades de imigrantes de Angola, Brasil, Cabo Verde, Timor-Leste, Guiné-Bissau, Macau e Moçambique. As comunidades imigrantes de várias gerações fornecem uma riqueza de experiências próximas, que, noutros países, conduziram a uma prática da Educação para o Desenvolvimento mais robusta, mais enraizada e mais culturalmente articulada e diversa. Há aqui uma margem para um envolvimento mais significativo e mais sistemático das comunidades imigrantes em Portugal na implementação da ENED.
 11. No que diz respeito ao financiamento, existe um empenho político claro em manter os fundos ao nível atual. Reconhece-se que o MNE tem mantido este financiamento apesar das reduções severas noutras áreas da cooperação para o desenvolvimento. O *Peer Review* também observa que o sucesso da Estratégia Nacional e o facto do Ministério da Educação e Ciência ter começado a integrar a Educação para o Desenvolvimento em todos os níveis do sistema educativo, significam que Portugal está atualmente numa fase muito positiva do desenvolvimento da Educação para o Desenvolvimento. No entanto, o reforço do financiamento será necessário se se quiser cumprir o potencial criado pela Estratégia Nacional.
 12. Tendo em conta a política governamental portuguesa no que toca à relação entre a cultura, a economia e a política externa, poderá haver uma oportunidade para se encontrar outras fontes de financiamento/investimento na Educação Global, na Educação para o Desenvolvimento e na ENED, na medida considerada apropriada pelas entidades portuguesas competentes.

Recomendações chave

1. A transformação das realidades sociais, económicas e políticas em Portugal deve ser tida em conta em quaisquer reorientações da Estratégia. O novo contexto, e as interpretações do mundo que estão a emergir, deveriam informar os conteúdos, o processo e as estratégias utilizadas para a integração e a promoção da Educação para o Desenvolvimento.
2. A fim de assegurar a continuação do bom trabalho já realizado na fase inicial da implementação da Estratégia Nacional, a capacitação é uma prioridade para todas as instituições. Tal foi reconhecido pela Comissão de Acompanhamento da ENED e pelo Grupo Alargado, a partir da experiência de implementação que têm prosseguido.
3. Manter o impulso dado à integração da Educação para o Desenvolvimento e da Educação Global em todos os níveis da educação formal, assim como na educação não formal, não poderá acontecer sem uma liderança política conhecedora e competente. O *Peer Review* recomenda que a competência do Camões, IP neste domínio,

desenvolvida ao longo de muitos anos no quadro da sua Divisão de Apoio à Sociedade Civil, continue a ser desenvolvida e que esta Divisão se mantenha a liderar o processo da Estratégia Nacional (em cooperação com os outros membros da Comissão de Acompanhamento da ENED). A Divisão tem a credibilidade para o fazer com todas as partes interessadas; tal deveria ser mais explorado e reforçado.

4. Um dos pontos fortes do processo da Estratégia Nacional de Educação para o Desenvolvimento tem sido a ampla participação das partes interessadas. Tal poderia ser reforçado e aprofundado através de um compromisso contínuo, através do acompanhamento e do planeamento e por via de iniciativas comuns concretas (tais como as Jornadas e o Fórum de Educação para o Desenvolvimento). Também poderia ser concretizado através de projetos comuns, com objetivos bem definidos, envolvendo um certo número de organizações do Grupo Alargado que estão empenhadas em implementar a Estratégia.
5. Reconhecendo que a Estratégia Nacional de Educação para o Desenvolvimento oferece fortes oportunidades para a integração e reconhecendo também o compromisso político de manter a disponibilização de fundos, torna-se evidente a necessidade de planear um aumento da dotação financeira. Na realidade, é preciso considerar um reforço do financiamento, que corresponda à qualidade e à ambição da Estratégia Nacional. O financiamento do Ministério dos Negócios Estrangeiros (através do Camões, IP) deveria, tal como noutros países, continuar a ser a força motriz estratégica neste domínio. No atual clima económico internacional, existe também a necessidade de assegurar que os recursos disponíveis existentes são maximizados.
6. Além da necessidade de mais financiamento, é também preciso considerar a possibilidade de uma maior integração nos sistemas e processos existentes, medidas que são, em grande parte, neutras em termos de custos. Por exemplo, os planos nacionais existentes (saúde, combate à violência, etc.) podem ser considerados na perspetiva do seu potencial para a Educação para o Desenvolvimento; é possível utilizar o conhecimento aprofundado da Educação para o Desenvolvimento e da Educação Global para integrar perspetivas globais nas iniciativas existentes nos setores e campos que estejam relacionados.
7. No quadro do orçamento nacional para apoio a projetos de Educação para o Desenvolvimento, as autoridades portuguesas garantem o cofinanciamento às organizações que conseguem obter financiamento da UE neste domínio. No entanto, as autoridades portuguesas não utilizam um orçamento adicional para o efeito. A vantagem desta abordagem é que o financiamento ao nível nacional pode ser maximizado. Todavia, a menos que esta abordagem seja acompanhada por fundos nacionais adicionais e uma linha orçamental separada, surgirá o problema de os fundos disponíveis serem desviados das prioridades nacionais para as estratégias europeias. É importante assegurar que a Estratégia Nacional tem precedência e que a diversidade não diminui (porque as ONG mais pequenas podem não ter acesso ao cofinanciamento da UE). A experiência de outros países na mediação destas tensões ao nível do financiamento - assegurando um financiamento adequado para as iniciativas nacionais e maximizando ao mesmo tempo a obtenção de fundos europeus - poderá ser pertinente.
8. Deveriam realizar-se mais projetos e iniciativas bilaterais ou intersetoriais, conjuntos e concertados. Em particular, as ONG com mais experiência na Educação para o Desenvolvimento e na Educação Global deveriam envolver-se em projetos abrangentes em parceria com Organizações da Sociedade Civil e com organizações e associações da educação formal e não formal (jovens, sindicatos, associações de consumidores, empregadores, empresas, etc.).
9. Reconhecendo o árduo trabalho em curso no campo da educação formal, há potencial para uma integração mais aprofundada da Educação para o Desenvolvimento no

sistema educativo, nos níveis pré-escolar, básico e secundário (2014), através da elaboração de orientações curriculares (Referencial de Educação para o Desenvolvimento). O *Peer Review* recomenda que aqueles que trabalham no setor da educação formal também façam uso das atuais oportunidades para dar a conhecer a Educação para o Desenvolvimento a todos os estudantes de Portugal, revendo as oportunidades para a integração da Educação para o Desenvolvimento em todas as áreas disciplinares, especialmente no ensino do Português, da Matemática, do Inglês e de todas as Ciências (como uma dimensão da Educação para a Cidadania, facilitada por uma abordagem transversal ao currículo).

10. No seguimento das reuniões entre a Equipa do *Peer Review* e várias Comissões Parlamentares, o *Peer Review* recomenda o seguinte:

- O forte conhecimento e apoio parlamentar, e o seu compromisso notável nesta área, deveriam ser aprofundados;

- As Comissões Parlamentares de Educação, Ciência e Cultura e de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas (assim como outras Comissões como, por exemplo, a dos Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias), poderiam considerar a possibilidade de criar um grupo de trabalho conjunto a fim de tornar visível, acompanhar e refletir sobre o apoio parlamentar à Educação para o Desenvolvimento;

- Procurar apoio parlamentar para a proposta da Comissão de Educação, Ciência e Cultura da Assembleia da República para que no quadro das edições anuais do Parlamento dos Jovens se considere um tema relacionado com a Educação para o Desenvolvimento. Este *Peer Review* apoia, respeitosamente, esta sugestão dos deputados;

- O *Peer Review* também tomou nota da proposta que surgiu das discussões com os parlamentares a respeito da introdução da Educação para o Desenvolvimento nas juventudes partidárias. Os deputados de vários partidos políticos propuseram a realização de atividades sobre Educação para o Desenvolvimento no quadro dos seus próprios programas, assim como a possibilidade de uma iniciativa interpartidária, talvez em conjunto com o Conselho Nacional da Juventude. Embora não queira, de maneira alguma, sugerir aos partidos políticos o teor do seu programa de trabalho, o *Peer Review* tomou nota e apoia estas sugestões dos parlamentares e recomenda que sejam consideradas por todos os partidos políticos.

11. O *Peer Review* considera que as possibilidades que emergem da aplicação da Estratégia no sistema educativo necessitam de uma resposta adequada, coordenada e estratégica à formação inicial dos professores. Este *Peer Review* recomenda que se explore a possibilidade de uma das Escolas Superiores de Educação desempenhar um papel dinamizador no encorajamento de uma partilha sistemática de perspetivas neste campo com outras Escolas Superiores de Educação (particularmente as 14 Escolas de formação de professores que fazem parte da rede da Associação das Escolas Superiores de Educação). As principais partes interessadas envolvidas na Estratégia Nacional deveriam considerar também formas de apoiar e encorajar a cooperação entre as universidades, e entre as Escolas Superiores de Educação, nomeadamente através da organização de seminários especificamente dedicados a estas instituições. Poderá também ser vantajoso estabelecer um mecanismo de financiamento inicial para incentivar ainda mais estas instituições. Uma abordagem coordenada para a formação inicial de professores é necessária para assegurar que todos os professores de Portugal adquirem

- competências adequadas e de alta qualidade em Educação para o Desenvolvimento.
12. Para além disto, é necessário assegurar a formação contínua de professores e o desenvolvimento profissional permanente nesta área, através das instituições adequadas.
 13. Um dos pontos fortes da Estratégia Nacional Portuguesa é a sua ênfase, desde o princípio, nas questões de acompanhamento, avaliação, investigação e da correspondente aprendizagem em termos de construção de políticas públicas. Isto deveria ser apreciado e partilhado com os outros países envolvidos na elaboração de estratégias nacionais. É também importante que esta prática de acompanhamento, avaliação e melhoria contínua seja integrada em todos os processos de Educação para o Desenvolvimento e de Educação Global, a nível micro, meso e macro.
 14. Portugal orgulha-se das suas fortes tradições de participação cívica e da sociedade civil em questões com impacto aos níveis local, nacional e global. Embora uma das forças da Estratégia Nacional tenha sido a inclusão de uma grande variedade de instituições e estruturas representativas, o *feedback* de algumas destas partes interessadas sugere a existência de um conhecimento limitado entre os cidadãos portugueses sobre a importância desta estratégia e sobre a relação entre a Educação para o Desenvolvimento e a Educação Global e as preocupações às quais a população é altamente sensível (tais como a pobreza local e global; os limites do crescimento; a privatização dos bens e dos serviços públicos; os efeitos negativos da austeridade; a relação entre as políticas macro-económicas globais e regionais; e as questões de igualdade, justiça, distribuição, solidariedade e prosperidade a nível local e nacional). As complexas crises atuais podem constituir uma oportunidade de ligar estas questões às questões que se encontram no âmago da Estratégia Nacional. Nesta perspetiva, seria importante fazer esforços para dar a conhecer a Educação para o Desenvolvimento e a Educação Global a todas as pessoas em todas as zonas/regiões de Portugal.
 15. O forte envolvimento internacional de Portugal no campo da Educação Global e da Educação para o Desenvolvimento com organizações como o GENE, a UE, o Comité de Ajuda ao Desenvolvimento (CAD) da OCDE, o Conselho da Europa e a CONCORD deveria continuar e ser aprofundado. Isto não só aumenta a merecida reputação de Portugal neste campo, como também permite a outros decisores políticos partilhar a aprendizagem da experiência portuguesa.

Sessão de encerramento

Vídeo: 3:40:05 – 3:55:10

□ **Gonçalo Marques, Vice-presidente do Camões - Instituto da Cooperação e da Língua**

- Exmos. Senhores Deputados e Exmas. Senhoras Deputadas,
- Sua Excelência Senhor Secretário de Estado do Ensino Básico e Secundário, Professor Fernando Egídio Reis,
- Ilustres Oradores e Oradoras,
- Minhas Senhoras e Meus Senhores,

Quero começar por expressar a nossa particular satisfação pelo Fórum de Educação para o Desenvolvimento decorrer na *Casa da Liberdade e da Democracia*.

A escolha deste local não poderia ser mais apropriada. Este é o lugar por excelência para o debate sobre o exercício da cidadania, que, cada vez mais, reveste a natureza de Cidadania Global, apelando, assim, a uma Educação para a Cidadania Global.

A escolha deste ano para se levar a cabo o Fórum é ainda especialmente feliz e oportuna, quando se celebram 40 anos de Democracia.

Quero aproveitar esta oportunidade para agradecer o empenho de todos e reafirmar o nosso comprometimento com a Educação para o Desenvolvimento e com a Educação para a Cidadania Global, que se encontra bem patente no *Conceito Estratégico da Cooperação Portuguesa 2014-2020*, aprovado em fevereiro passado.

Quero ainda aproveitar esta oportunidade para reiterar o nosso compromisso de trabalho com o Ministério da Educação, aqui representado pelo Senhor Secretário de Estado do Ensino Básico e Secundário, bem como com todos os demais atores, incluindo as ONGD, as Escolas Superiores de Educação, os Municípios e as Instituições de Ensino e Investigação.

E, não menos importante, quero manifestar o nosso agradecimento ao GENE – Global Education Network Europe, aqui representado pelo seu Presidente, pelo apoio contínuo à Educação para o Desenvolvimento em Portugal. Esta parceria tem-se revelado crucial para a evolução do processo de implementação e acompanhamento da Estratégia Nacional de Educação para o Desenvolvimento.

A Estratégia, cuja vigência termina no próximo ano de 2015, elege como um dos seus grandes desideratos a promoção da Cidadania Global. Ora, é indispensável repensar as orientações e a prática da Educação para o Desenvolvimento, tendo em atenção os desafios que se avizinham e, muito em especial, a anunciada nova Agenda Internacional para o Desenvolvimento Pós-2015.

No quadro da nova Agenda Internacional, tal como referido neste Fórum de Educação para o Desenvolvimento, a dimensão qualitativa da Educação passa a ter uma muito maior relevância. Este é um dos seus principais contributos dos debates, entretanto realizados, dinamizados pela UNESCO, que tem posto também em evidência o caráter capital da Educação para a Cidadania Global. Este processo e as suas decorrências serão decisivos para enformar as futuras políticas públicas e iniciativas da sociedade civil no domínio da Educação para o Desenvolvimento, muito em particular, em Portugal.

Como bem lembrou a SEJA a Senhora Presidente da Assembleia da República em texto publicado recentemente sobre esta matéria: *o reconhecimento da transcendência de cada ser humano, em cada lugar e cada circunstância, e da sua pulsão fundadora dos direitos, é*

o que dá este nexo de pertença de todos a uma mesma pátria, o que faz de todos cidadãos do mundo.

Minhas Senhoras e Meus Senhores,

Este dia constituiu mais um contributo fundamental para o debate em torno do futuro da Educação para o Desenvolvimento em Portugal.

Estamos convictos que o relatório do *peer review* do GENE, hoje lançado, concorrerá para a melhoria do trabalho dos atores de Educação para o Desenvolvimento e deixará pistas úteis a todos e a todas.

Muito obrigado.

□ **Fernando Egídio Reis, Secretário de Estado do Ensino Básico e Secundário**

- Exmo. Senhor Representante do Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação
- Exma. Senhora Deputada Mónica Ferro, Coordenadora do Grupo Parlamentar Português sobre População e Desenvolvimento
- Exmas. Senhoras Deputadas e Exmos. Senhores Deputados
- Exmos. Senhores Representantes do GENE (Global Education Network Europe)
- Exmas. Senhoras e Senhores membros da Comissão de Acompanhamento da ENED
- Exmas. Senhoras e Exmos. Senhores Oradores
- Minhas Senhoras e Meus Senhores

É com grande satisfação que participo nesta iniciativa - Fórum de Educação para o Desenvolvimento 2014 – dando continuidade a mais uma das atividades de dinamização previstas no âmbito da concretização da Estratégia Nacional de Educação para o Desenvolvimento 2010-2015 (ENED).

Em diversas ocasiões, em intervenções anteriores, já tive oportunidade de congratular o Camões – Instituto da Cooperação e da Língua, o Centro de Intervenção para o Desenvolvimento Amílcar Cabral (CIDAC) e a Fundação Gonçalo da Silveira, entidades que a par do Ministério da Educação e Ciência (MEC), representado pela Direção-Geral da Educação (DGE), integram a Comissão de Acompanhamento da ENED, pelo trabalho que têm vindo a desenvolver no âmbito da Estratégia Nacional de Educação para o Desenvolvimento 2010-2015 (ENED).

Enquanto Diretor-Geral da Educação acompanhei o desenvolvimento da ENED e aproveitei esta oportunidade para renovar as felicitações, pela continuidade deste mesmo trabalho e por esta iniciativa que hoje aqui todos nós concretizamos. Destaco, ainda, o papel desempenhado neste processo pelo Dr. Luís Filipe Santos, anterior Subdiretor-Geral da Direção-Geral da Educação, aqui presente, que coordenou, da parte da Direção-Geral da Educação do Ministério da Educação e Ciência, a nossa participação na ENED, bem como toda a equipa da Direção-Geral da Educação que, na nossa perspetiva, muito têm contribuído para a concretização da mesma.

O reconhecimento da importância da Educação para o Desenvolvimento é incontornável numa sociedade que se quer mais justa, mais respeitadora dos direitos humanos, dos

valores da igualdade e da democracia. A qualidade do desenvolvimento das sociedades atinge-se com o contributo ativo dos cidadãos, através do exercício da cidadania em diferentes contextos.

Sublinho, pois, o significado do alto índice de participação dos parceiros desde o movimento de formação até à revisão e avaliação da ENED, permitindo uma apropriação desejável que facilitará o prosseguimento de um conjunto de iniciativas que poderão vir a ser desenvolvidas. Gostaria de sublinhar, ainda, a importância da participação ativa do Parlamento através do envolvimento e apoio das Comissões Parlamentares dos Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas e da Educação, Ciência e Cultura e, ainda, do Grupo Parlamentar Português sobre População e Desenvolvimento.

A realização desta iniciativa, hoje, nesta Sala do Senado da Assembleia da República tem, portanto, um grande significado, testemunhando precisamente este envolvimento e o compromisso de todos nós com a Estratégia Nacional de Educação para o Desenvolvimento.

A concretização do Protocolo e dos Contratos-Programa entre o Ministério da Educação e Ciência e o Ministério dos Negócios Estrangeiros, por um lado, e entre estes Ministérios e o CIDAC, a Fundação Gonçalo da Silveira e o Instituto Politécnico de Viana do Castelo, têm garantido a todo este processo uma dinâmica que não devemos deixar esmorecer e cuja continuidade importa assegurar.

A escolha da Temática do Fórum **“A importância do exercício da cidadania global”** decorre do objetivo geral da ENED: “promover a cidadania global através de processos de aprendizagem e de sensibilização da sociedade portuguesa para as questões do desenvolvimento, num contexto de crescente interdependência, tendo como horizonte a transformação social”.

Estamos perante um objetivo abrangente, sendo que este engloba a promoção da cidadania global através de processos de aprendizagem e de sensibilização em contextos formais e informais, bem como o contributo do exercício da cidadania para a evolução e transformação das sociedades.

Na parceria estabelecida entre o Ministério da Educação e Ciência e as restantes entidades da Comissão de Acompanhamento, aprez-me reconhecer um trabalho continuado que tem permitido desenvolver de forma sustentada um conjunto de iniciativas que contribuem para a concretização da ENED. O Referencial de Educação para o Desenvolvimento, em fase de elaboração, é um exemplo inequívoco desta profícua parceria. Outras iniciativas se perspetivam, designadamente, a realização de formação de docentes de diversos níveis de educação e ensino não superior, umas das vertentes que nos parece fundamental para garantir a concretização desta Estratégia Nacional.

Gostaria de sublinhar, ainda, que a par destas iniciativas, quer da elaboração do Referencial de Educação para o Desenvolvimento, quer a de organização e concretização da formação de docentes do ensino básico e secundário, a Direção-Geral da Educação do Ministério da

Educação e Ciência tem vindo também a promover outros documentos orientadores e iniciativas no âmbito da educação para a cidadania. Efetivamente, este tem sido um trabalho muito intenso da Direção-Geral da Educação nos últimos 3 anos que, felizmente, está neste momento a produzir importantes resultados nas nossas escolas, junto dos nossos professores e dos nossos alunos, proporcionando, por exemplo, a melhoria da qualidade e desenvolvimento dos seus projetos. De facto, as nossas escolas desenvolvem já projetos relevantes neste domínio e há já projetos de grande qualidade nas áreas de Educação para o Desenvolvimento e da Educação Global, pelo que importa igualmente dar visibilidade a estas iniciativas e promover a partilha de experiências, de boas práticas entre alunos e professores de diferentes escolas, contribuindo assim para o alargamento do impacto destas iniciativas.

Acredito que as intervenções proferidas, neste Fórum, bem como a reflexão e debate que suscitaram, foram enriquecedoras e relevantes para um conhecimento mais substantivo da cidadania global e da sua importância num mundo em mutação e cada vez mais interdependente.

Acredito igualmente que este evento terá, seguramente, um papel relevante na definição do caminho a percorrer após 2015, momento em que a ENED deverá entrar num novo ciclo.

A avaliação realizada pelo GENE, enquanto processo de revisão pelos pares, complementa o processo de monitorização interna e reveste-se de uma importância acrescida para a ENED. Ao avaliar o estado da arte, ao identificar necessidades e ao reconhecer potencialidades, traduzidas nas observações e recomendações expressas no relatório que acabou de ser apresentado, o GENE reconhece que Portugal tem uma excelente Estratégia Nacional de Educação para o Desenvolvimento e dá uma colaboração importante para a dimensão prospetiva da Educação para o Desenvolvimento em Portugal.

Anoto, em particular, entre as recomendações enunciadas no Relatório, a importância de garantir uma Estratégia Nacional de Educação para o Desenvolvimento, bem como a realização de iniciativas conjuntas bilaterais ou intersectoriais entre os parceiros, alargando a construção participada da ENED.

É muito importante que agora se enfrente o desafio da qualidade, como, aliás, aponta o Relatório que foi hoje apresentado.

Termino renovando o desejo de uma continuada e profícua parceria em prol do sucesso da Educação para o Desenvolvimento junto de crianças, jovens e adultos, integrada num processo educativo mais amplo e de qualidade.

Muito obrigado!

Avaliação

Foram recolhidos os seguintes dados (25 inquéritos recebidos):

- Para mim, o mais importante deste 1º Fórum de ED foi...

- Contactar com diversos agentes de ED.
- Ver “organizações unidas pelo mesmo ideal”.
- Recolher contributos para trabalho no terreno.
- Debater e ouvir autores do relatório do GENE.
- Saber que cidadania está a ser abordada em várias frentes.
- Promover a cidadania global com vista à transformação social.
- Obter uma perspetiva abrangente.
- Proporcionar às organizações possibilidade de partilha do trabalho.
- Mesa dos Parlamentares.
- Trocar ideias e experiências.
- Painéis I e II.
- Debater na AR.
- Ter oportunidade de debater.
- Ficar a conhecer posições do GENE e interlocutores nacionais.
- Esforço de aproximação da ED ao poder político.
- Partilhar conhecimentos.
- Partilhar experiências e debate.
- Apresentação da ED em Portugal e do GENE.
- Ter tomado conhecimento aprofundado do processo.
- Partilhar renovadamente práticas.
- Saber a implicação dos membros do governo.
- Conhecer pessoas da área.

O que tive pena foi que...

- Ocasão tenha sido mais política do que de reflexão teórica ou metodológica.
- Não houvesse mais tempo para discussão.
- Pouca participação de ONGD não membros da Plataforma.
- Que painéis não fossem mais longos.
- Que não tenha sido dito que é difícil trabalhar cidadania em turmas de 30 alunos.
- Não fosse mais participado.
- Espaço de debate curto e não cobertura de todos os quadrantes políticos.
- Apenas um dia.
- Não ter havido espaço para perguntas e respostas com Parlamentares.
- Não desenvolvimento da temática das políticas públicas para a ED.
- Não tivesse havido maior ligação concreta à ENED.
- Não houvesse avaliação das dificuldades práticas na concretização da ED.
- Demasiado político.
- Não terem estado presentes mais deputados.

Gostaria de sugerir que, numa próxima ocasião...

- Discutir teorias e metodologias.
- Mais discussão.
- *Coffee break* com um simples café.
- Mais pessoas da educação.
- Contributo para “verdadeira justiça em Portugal, na Europa e no Mundo”.
- Dar voz a alunos e professores.
- Organizar mesas-redondas.
- Parlamentares nas várias mesas.
- Seguir Fórum online.
- Envolver outros atores e ouvir beneficiários.
- Discutir metodologias de condução sessões de ED.
- Metodologias menos formais.
- Mais entidades.
- Registo e partilha das apresentações.
- Mais tempo para intervenção de parceiros.
- Contemplar componente mais prática, sistematização de experiências e boas práticas.
- Mais tempo para se estabelecer parcerias em projeto.
- Reforçar dimensão teórica e apresentação de boas práticas.

Anexos

- Convite
- Formulário para Avaliação
- Lista de participantes
- Jornadas nos Media
- Fotos

Convite

A importância do exercício da cidadania global

Fórum de Educação para o Desenvolvimento 2014
28 de outubro de 2014

No quadro da Estratégia Nacional de Educação para o Desenvolvimento 2010-2015 (ENED), a **Comissão de Acompanhamento da ENED** tem o **prazer de convidar V. Exa. para a primeira edição do Fórum de Educação para o Desenvolvimento**, que terá como tema **"A importância do exercício da cidadania global"**.

O Fórum decorrerá no dia 28 de outubro, entre as 9h30 e as 17h00, na **Sala do Senado da Assembleia da República**.

Participação sujeita à capacidade da sala e mediante inscrição através de formulário, até ao dia 22 de outubro
Para mais informações contactar: ened.geral@gmail.com * 21 310 91 79

Comissão de Acompanhamento da ENED:



Formulário para Avaliação

Fórum de Educação para o Desenvolvimento 2014 - AVALIAÇÃO DAS/OS PARTICIPANTES

Para mim, o mais importante deste 1º Fórum de ED foi...

O que tive pena foi que...

Gostaria de sugerir que, numa próxima ocasião...

Nome (facultativo)

Data

Enviar

Nunca envie palavras-passe através dos Formulários do Google.

Lista de participantes

Nome:	Organização/Instituição:
1. Acredita Portugal	Acredita Portugal
2. Alexandra Alves Luís	Faces de Eva - Cesnova
3. Alice Frade	P&D Factor
4. Ana Branco	Camões Instituto da cooperação e da Língua I.P
5. Ana Carina da Silva Nunes	AIDGLOBAL
6. Ana Filipa Oliveira	ACEP
7. Ana Gama	Escola Superior de Educação de Lisboa
8. Ana Gaspar	VIDA
9. Ana Gouveia	Município de Miranda do Corvo
10. Ana Isabel Castanheira	Instituto Marquês de Valle Flôr
11. Ana Madeira	Instituto de Educação da Universidade de Lisboa
12. Ana Maria Ferreira Marques dos Santos Feio	Agrupamento de Escolas da Madalena
13. Ana Maria Vicente Dias Alfaiate	Agrupamento de Escolas Sardoal
14. Ana Patrícia Coelho da Silva Cabral	
15. Ana Patrícia Fonseca	FEC - Fundação Fé e Cooperação
16. Ana Paula Andias Loura	Agrupamento de Escolas da Bobadela
17. Ana Sofia Atalaia	CMLoures
18. Ana Sofia Lopes	AIDGLOBAL
19. Anabela Coelho	Camões Insituto da cooperação e da Língua
20. Anabela Reis	APCEP - Assoc. Port. para a Cultura e Educação Permanente
21. Andreia Martins	Associação Coolpolitics
22. Andreia Soares	Rosto Solidário
23. Andreia Sofia Silva Santos	Município de Odivelas
24. Anita Cruz	GASNova
25. António Torres	Camões, I.P.
26. Arnaldo Afonso da Costa	Escola Pública
27. Baltazar Martins Jesuíno	Particular
28. Bruno Barata	Camões, Instituto da Cooperação e da Língua, IP
29. Carla Azevedo da Silva	Camões, Instituto da Cooperação e da Língua, IP
30. Carla Morgado	Camões, I.P.
31. Cármen Maciel	
32. Carolina Mendes	CEAUP
33. Carolina Rocha da Silva	King's College London
34. Celeste Sebastião	Camões
35. Célia Costa	Município de Grândola
36. Cindy dos Santos	Município de Grândola
37. Cristina Calheiros Bandeira	Camões, IP
38. Cristina de Campos Martins	IPDJ, I.P.
39. Cristina Martins	Escola Superior de Educação - Instituto Politécnico de Bragança
40. Dalila Coelho	Universidade do Porto
41. Dalila Teixeira	
42. Dulce Silva	Camões Instituto da Cooperação e da Língua I.P
43. Dulce Silva	Camões Instituto da cooperação e da Língua
44. Dynka Amorim	Bué Fixe- Associação de Jovens
45. Ediley de Andrade Mendes	Assembleia Regional do Príncipe

46. Eduardo Carlos Faria Marques	Externato de Penafirme
47. Eliana Madeira	Graal
48. Elisabete Fonseca	InBiz
49. Elisabete Marina Santos Amaral Fonseca	INBIZ
50. Elisabete Mendes	Camões, I.P.
51. Fabiane Lopes de Oliveira	Ulisboa
52. Fátima Claudino	Comissão Nacional da UNESCO / Ministério dos Negócios Estrangeiros
53. Francisco Teixeira	Agência Portuguesa do Ambiente
54. Helena Jardim	Câmara Municipal de Odivelas
55. Hugo Marques	Fundação Gonçalo da Silveira
56. Inês Fernandes	P&D Factor
57. Irene Paredes	Camões, Instituto da Cooperação e da Língua, IP
58. Irene santos	
59. Irina Couto de Amaro	Camões - Instituto da Cooperação e da Língua, I.P.
60. Isabel Cunha	Alto Comissariado para as Migrações, I.P.
61. Isabel Elias	CIG
62. Joana Lopes	Conselho Nacional de Juventude
63. João Azevedo	CIDAC
64. João Pessa	Camões Instituto da cooperação e da Língua I.P
65. Joaquim Jorge	Câmara Municipal de Loures
66. Joaquim Melro	Centro de Formação de Escolas António Sérgio
67. Jorge Cardoso	Fundação Gonçalo da Silveira
68. Jorge Neves	Agencia Portuguesa do ambiente
69. La Salette Coelho	Escola Superior de Educação de Viana do Castelo (ESE/IPVC)
70. Laura Gonzalez Munera	ASPEA
71. Lucinda Saldanha	Graal
72. Luísa Nunes	
73. Madalena Sampaio	Camões, Instituto da cooperação e da língua
74. Mafalda Leitão	CEMRI-Univ Aberta
75. Mafalda Morais	Agrupamento de Escolas Ruy Belo
76. Manuela Afonso	Camões, IP
77. Margarida Cavaco	
78. Margarida Marcelino	APA
79. Margarida Sá Pires	Escola Secundária Sebastião e Silva
80. Margarida Santos	
81. Margarida Silva	Instituto Educação
82. Maria Adelaide Marques Rodrigues	Escola Secundária Gil Vicente-Lisboa
83. Maria Angélica Ribeiro	Associação de Professores para a Educação Intercultural (APEDI)
84. Maria Arminda Bragança	Engenho & Obra
85. Maria Arnaldo Copeto	ISEG/UL
86. Maria Botelho	Escola Básica 2/3 Ciclos Fragata do Tejo - Moita
87. Maria Carla Proença	Câmara Municipal de Loures
88. Maria de Fátima Cordeiro	EB1,2,3/JI Vasco da Gama
89. Maria do Carmo Fernandes	Camões I.P.
90. Maria do Céu G. Martins Gomes	
91. Maria Eduarda Ribeiro	Comissão Nacional Justiça e Paz
92. Maria Helena Pratas	ISEC
93. Maria-Helena Salema	Instituto de Educação, Universidade de Lisboa
94. Mariana Sousa	Representação da Comissão Europeia em Portugal

95. Marta Luís	Camões, I.P.
96. Miguel Carvalho da Silva	Centro Norte-Sul do Conselho da Europa
97. Miguel Feio	APF
98. Miguel Filipe Silva	TESE
99. Mónica Santos Silva	IMVF
100. Nadine Teles	Representação da Comissão Europeia em Portugal
101. Nélia Ribeiro	Plataforma Portuguesa das ONGD
102. Noémia Maria Simões	ISEL /CLEPUL
103. Palmira Liunda	ISCTE
104. Patrícia Dinis Rosa	MMS / Bussola Cidadã
105. Patrícia Folgado	Câmara Municipal de Odivelas
106. Patrícia Maridalho	VIDA
107. Patrícia Santos	CIES-IUL
108. Paula Lopes Rocha	Camões IP
109. Pedro Cruz	Plataforma Portuguesa das ONGD
110. Pedro Lages dos Santos	Centro Norte-Sul do Conselho da Europa
111. Pedro Pinho Pereira	CI. ISCE
112. Raquel Carreira	Sol sem Fronteiras
113. Rita Amado	Município de Miranda do Corvo
114. Rita Nascimento	Camões, IP
115. Rita Pais	PLANETA VIDA
116. Rodolfo Aparício	Agrupamento Escolas Eduardo Gageiro
117. Rosa Videira	Rede Intermunicipal de Cooperação para o Desenvolvimento
118. Rui Matos	ESECS do Inst. Politécnico Leiria
119. Rui Vaz	Camões, IP
120. Sandra Berthelot	Nova
121. Sandra Fernandes	Fundação Gonçalo da Silveira
122. Sandra Fernandes	Instituto de Educação da Universidade do Minho
123. Sandra Filipe	Câmara Municipal de Odivelas
124. Sara Amaral	Conselho Nacional de Juventude
125. Sílvia Cardosos	Particular
126. Silvia Lucia Pérez Cambor	ASPEA
127. Sofia Bergano	Escola Superior de Educação - Instituto Politécnico de Bragança
128. Sofia Isabel Vasques Fadista da Silveira Policarpo	Escola Secundária de Camões
129. Sónia Miguel Rodrigues	
130. Susana Damasceno	AIDGLOBAL
131. Tânia Lara Montalvão Salvador	Camões, Instituto da Cooperação e da Língua
132. Tânia Neves	Centro de Estudos Africanos da Universidade do Porto
133. Teresa Côrte-Real	Fundação Gonçalo da Silveira
134. Teresa Judas Pedrosa	
135. Teresa Paiva Couceiro	Fundação Gonçalo da Silveira
136. Vanessa Moreira	Plataforma Portuguesa das ONGD
137. Vera Brito	ICL Instituto da Cooperação e da Língua IP
138. Victor Santos Jorge	APSHSTDC-Associação Portuguesa de Saúde, Higiene e Segurança no Trabalho para o Desenvolvimento e Cooperação Internacional-ONGDI

O Fórum nos Media

- Canal Parlamento
<http://www.canal.parlamento.pt/>
Arquivo » Eventos » Fórum

- Comunicado divulgado pela Assembleia da República

**Fórum de Educação para o Desenvolvimento
28 de outubro de 2014
Assembleia da República**

No dia 28 de outubro, decorreu na Sala do Senado da Assembleia da República, o 1.º Fórum de Educação para o Desenvolvimento (Fórum ED), dedicado ao tema “A importância do exercício da cidadania global”.

O Fórum ED foi organizado pela Comissão de Acompanhamento da Estratégia Nacional de Educação para o Desenvolvimento 2010-2015 (ENED), em colaboração com as entidades subscritoras do Plano de Ação da ENED, bem como com o Grupo Parlamentar Português sobre População e Desenvolvimento, da Assembleia da República. A Comissão de Acompanhamento é composta pelo Camões - Instituto da Cooperação e da Língua, Direção-Geral da Educação, Plataforma Portuguesa das ONGD e CIDAC-Centro de Intervenção para o Desenvolvimento Amílcar Cabral.

O Fórum ED contou com a presença de cerca de 140 participantes, incluindo deputados, decisores e representantes de instituições públicas e organizações da sociedade civil envolvidos na implementação da ENED.

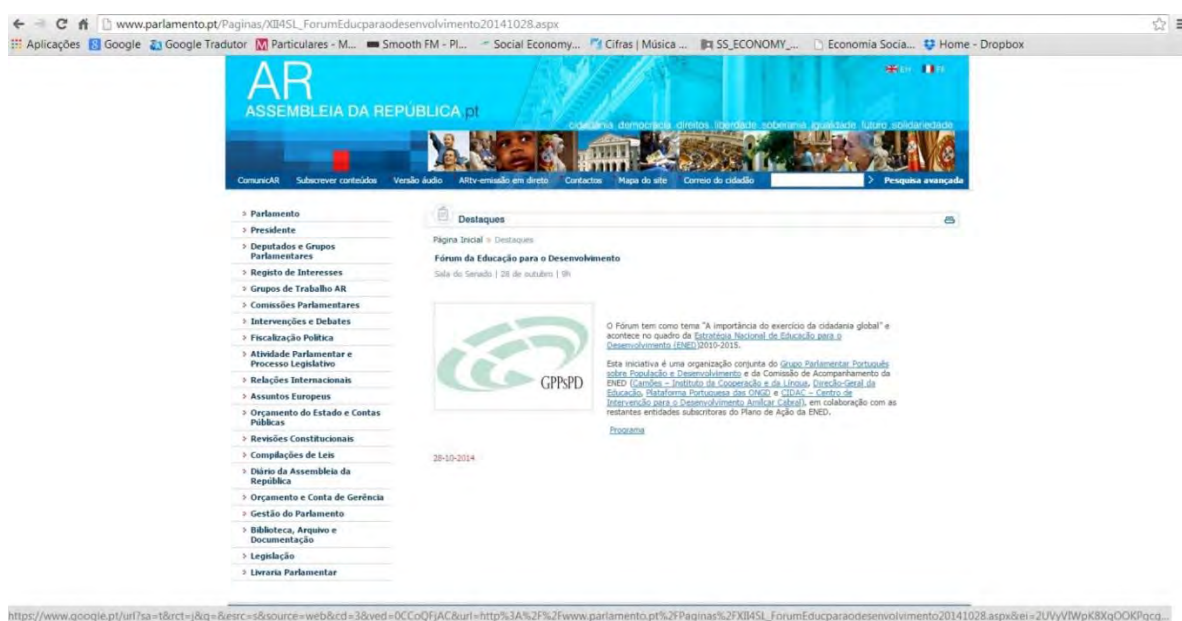
Ao fim de quatro anos de implementação da ENED, o Fórum ED teve como objetivo a promoção de uma reflexão sobre o que “a Estratégia propõe a partir da evolução do pensamento sobre a Educação para o Desenvolvimento (ED) e das práticas neste âmbito, com tempo para a troca de ideias entre os participantes, contemplando ainda um apontamento final virado para o futuro”.

O Fórum ED incluiu a apresentação do relatório do *peer review* (exame/revisão pelos pares) do *Global Education Network Europe* (GENE) à ED em Portugal. O GENE é a organização referência

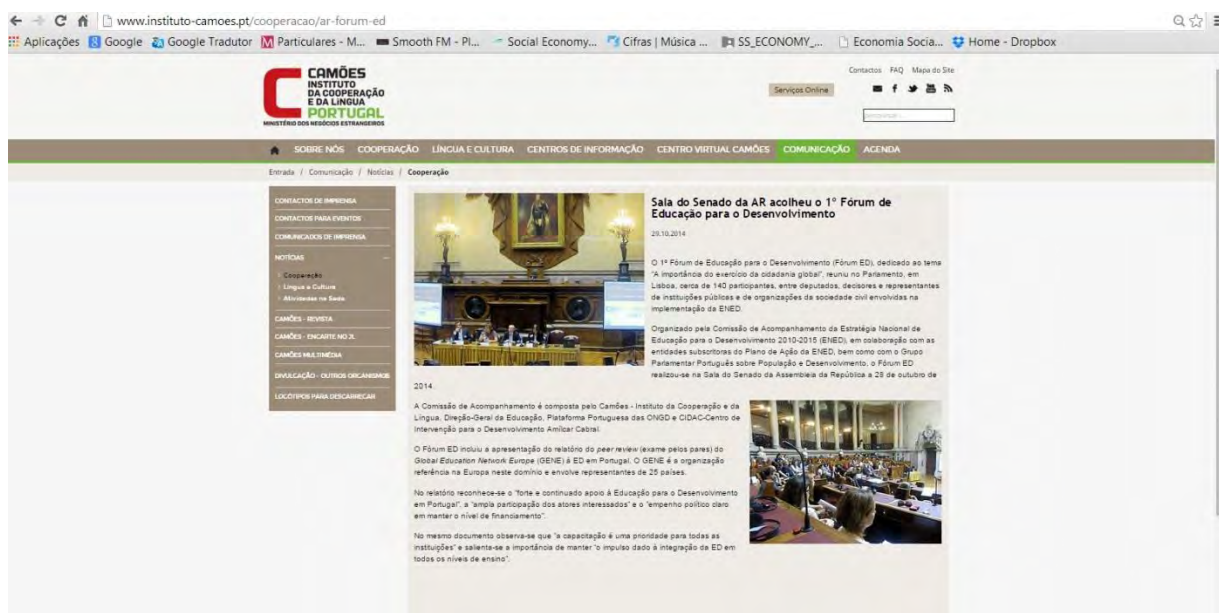
na Europa neste domínio e envolve representantes de 25 países. O relatório reconhece o “forte e continuado apoio à Educação para o Desenvolvimento em Portugal”, a “ampla participação dos atores interessados” e o “empenho político claro em manter o nível de financiamento”. O relatório observa que “a capacitação é uma prioridade para todas as instituições” e que importa “manter o impulso dado à integração da ED em todos os níveis de educação formal do sistema educativo”.

Lisboa, 29 de outubro de 2014

□ Portal da Assembleia da República



□ Portal do Camões – Instituto da Cooperação e da Língua



□ Portal da Plataforma Portuguesa das ONGD

The screenshot shows a web browser window with the URL www.plataformaongd.pt/agenda/evento.aspx?id=1294. The browser's address bar and tabs are visible at the top. The website's header features the logo "ONGD" in a large, stylized font, with "PLATAFORMA PORTUGUESA" written in smaller text below it. A horizontal navigation bar contains several menu items: "PLATAFORMA", "NOTÍCIAS", "AGENDA" (which is highlighted in blue), "PUBLICAÇÕES", "FINANCIAMENTO", and "RECRUTAMENTO VOLUNTARIADO".

Below the navigation bar, the page content is divided into two columns. The left column contains event details: "a 28 OUT 2014", "local LISBOA", "por VÁRIAS", and social media icons for Facebook and Twitter. The right column is titled "FÓRUM DE EDUCAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO". It contains the following text:

No quadro da Estratégia Nacional de Educação para o Desenvolvimento 2010-2015 (ENED), a Comissão de Acompanhamento da ENED convida para a primeira edição do Fórum de Educação para o Desenvolvimento subordinada ao tema "A importância do exercício da cidadania global".

O Fórum decorrerá no dia 28 de Outubro entre as 9h30 e as 17h00, na Sala do Senado da Assembleia da República.

A participação está sujeita à capacidade da sala e a inscrição prévia [aqui](#).

Programa disponível [aqui](#).

Fotos









